

A Defesa Nacional



Neste número :

- **As Fôrças Armadas e as aspirações reformistas do povo brasileiro**
(Ten-Cel Octavio Fereira da Costa)
- **A Cabanagem** (Maj Gustavo Moraes Rego Reis)
- **A campanha da Cordilheira** (Maj Everaldo de Oliveira Reis)
- **Nacionalismo** (Maj Aloísio de Uzeda)
- **Penetração soviética na África** (Maj Octavio Aguiar de Medeiros)

COOPERATIVA MILITAR EDITORA E DE CULTURA INTELECTUAL "A DEFESA NACIONAL"

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(Eleito para o exercício de 1961/1963)

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor-Presidente : General Aurélio Alves de Souza Ferreira

Diretor-Secretário : Tenente-Coronel José de Sá Martins

Diretor-Gerente : Tenente-Coronel João Capistrano Martins Ribeiro

CONSELHEIROS

General Armando Batista Gonçalves

Tenente-Coronel Hugo de Andrade Abreu

CONSELHO FISCAL

(Eleito para o exercício de 1962)

MEMBROS EFETIVOS

Coronel Adailton Sampaio Pirassununga

Tenente-Coronel Ivan de Souza Mendes

Tenente-Coronel Luiz de Alencar Araripe

SUPLENTES

Tenente-Coronel Danilo Darcy de Sá Cunha Mello

Major Eduardo Nobrega

Major José Murilo Beuren Ramalho

PUBLICIDADE

Aos nossos leitores e anunciantes avisamos que o setor Publicidade da A DEFESA NACIONAL conta agora também com a cooperação do Exmo. Sr. Gen R-l Ayrton Salgueiro de Freitas, antigo Diretor-Secretário desta Cooperativa, a quem ela e sua Revista muito devem.

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano
XLIX

Rio de Janeiro, GB — Dezembro de 1962

Número
580

As idéias e opiniões dos artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores.

A publicação dos mesmos não significa nenhuma solidariedade por parte da Revista.

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos originais publicados em nossas páginas, desde que citada a fonte.

ACEITA-SE intercâmbio.

PREÇOS

Assinatura anual:

Brasil Cr\$ 600,00
(Desconto em fólio autorizado, mensal: Cr\$ 50,00).
Exterior .. Cr\$ 2.000,00
(Registro e via aérea comportam acréscimos).

Número avulso:

Mês Cr\$ 80,00
Atrasado ... Cr\$ 100,00

ENDERÉÇO

Ministério da Guerra
(Ala R. Visc. da Gávea,
3º and.)

Caixa Postal: 17 (do MG)
Tel. 43-0563

Rio de Janeiro, GB
Brasil

SUMÁRIO

	Págs.
Editorial	3
Síntese sobre a formação das nacionalidades sul-americanas — Coronel Newton Reis	5
Reflexões militares — Cel Campos de Aragão	13
A Zona de Defesa — Considerações — Ten-Cel Arnaut de Mattos	23
Emprêgo militar do helicóptero — Cap Ivo de Albuquerque	27
Comissão Mista executora do acordo Brasil-Estados Unidos sobre serviços cartográficos e o Inter American Geodetic Survey — Maj João Carlos Santos Mader	31
Manganês do Amapá — Marechal Fernando Távora	37
China — Povo escravizado (Tradução)	51
Encerramento do curso de liderança e relações humanas na ECEME — Ten-Cel João Baptista de Oliveira Figueiredo	55
Fundação Osório — à margem de um Relatório — Gen R/1 Felicíssimo de Azevedo Avelino ..	61
Ten Ary Rauen	63

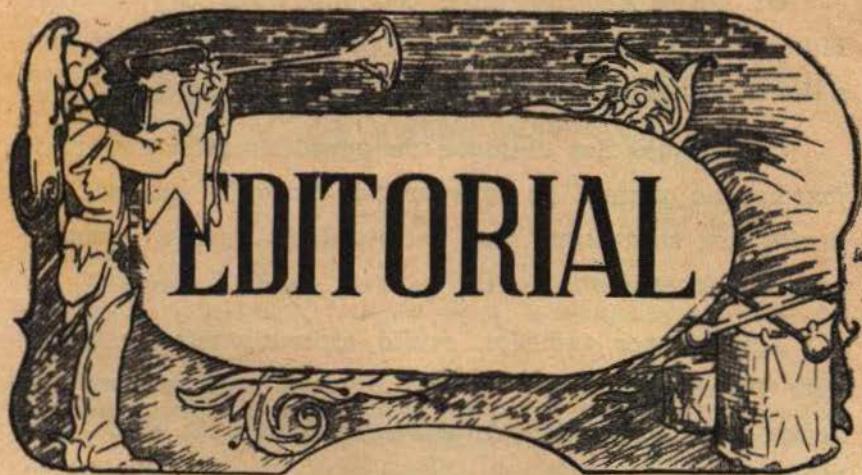
LIDERANÇA NO TEMPO E NO ESPAÇO

1 — No limiar da aviação comercial, a Panair foi a primeira a unir o litoral brasileiro em tôda a sua extensão. Os 15 dias do "Ita" reduziram-se aos 3 do "Commodore" na rota Rio-Belém. O "Lodestar" e o "DC-3" vieram mais tarde, ligando o litoral ao interior do país. E ainda hoje o espírito Bandeirante da Panair continua o mesmo. Numa epopéia de todo dia, os Catalinas percorrem de ponta a ponta o vale amazônico, enquanto os "Constellations" cobrem todo o litoral.

2 — Em 1946, a bandeira do Brasil foi levada ao outro lado do Atlântico nas asas dos "Bandeirantes" da Panair. Hoje, com os magníficos DC-8 — jatos de longo curso de excepcionais características — as cores brasileiras chegam a inúmeras cidades, na América Latina e na Europa, na África e no Oriente Médio, num roteiro de 110.000 km.

3 — A Panair é, também, a única emprêsa de aviação na América do Sul a possuir completa oficina para revisão de motores e turbinas a jato. Nas moderníssimas instalações da CELMA, em Petrópolis, como nos hangares, uma equipe de técnicos altamente especializados opera um conjunto modelo de manutenção de aviões.

4 — Esta pequena história da Panair (agora 100% brasileira, 100% alta classe) estaria incompleta sem o destaque devido à peça mais importante da organização — o elemento humano. Pois é através dêle que a emprêsa melhor expressa sua tradição e experiência, baseada no pioneirismo e tenacidade, dedicação e espírito público em alto nível. É com este material que se constrói uma liderança.



Este Editorial é, antes de tudo, um agradecimento. Agradecimento sincero a todos aquêles que, de qualquer forma, contribuíram para que esta Revista vencesse mais um ano da sua existência.

Sem esquecermos aquêles que, com palavras e colaborações, muito nos ajudaram, julgamos de nosso dever destacar os seguintes Chefes e companheiros:

Exmo. Sr. Gen-Ex João de Segadas Vianna, pela ajuda financeira que nos proporcionou, quando no exercício do elevado cargo de Ministro de Estado dos Negócios da Guerra;

Exmo. Sr. Gen-Bda Floriano da Silva Machado, Secretário do Ministério da Guerra, a quem devemos os serviços que nos são prestados por órgãos subordinados à SMG;

Ten-Cel Walter dos Santos Meyer, Diretor da Biblioteca do Exército, de quem recebemos, além de permanente incentivo, outras valiosas e inestimáveis cooperações, inclusive de ordem material;

Os nossos Representantes nas diferentes Organizações Militares, que com carinho cumprem seus deveres para com a Revista e seus assinantes.

Cumpre-nos dar destaque ao agradecimento que, aqui, fazemos ao pessoal da Imprensa do Exército, que se empenha com entusiasmo para o êxito desta Revista, como só poucos o fazem.

Agradecemos também, muito especialmente, ao Gabinete Fotocartográfico, cujos funcionários estão sempre solicitos para o atendimento das necessidades da nossa publicação.

E aos nossos dedicados companheiros da Redação, êsses anônimos servidores da Revista e, para as quais, ela é parte das suas próprias vidas, o muito obrigado da Direção de A DEFESA NACIONAL, pela valiosa ajuda que emprestam.

Não podemos deixar de consignar uma palavra de agradecimento àqueles que nos honram com sua confiança, fazendo desta Revista veículo de suas publicidades. Essa cooperação foi das mais inestimáveis, e tem o nosso profundo reconhecimento.

Devemos, agora, apresentar um reconhecimento de gratidão aos leitores de A DEFESA NACIONAL, pela compreensão que demonstram para com as nossas deficiências. Estejam êles certos de que o nosso objetivo tem sido o bem servir-los, mesmo porque são êles que justificam a existência desta Revista.

A todos, os nossos melhores votos de BOAS-FESTAS e FELIZ ANO NOVO.

SÍNTESE SÔBRE A FORMAÇÃO DAS NACIONALIDADES SUL-AMERICANAS

CEL. NEWTON REIS
Oficial de EM

Houve uma seqüência, uma casualidade tangendo às descobertas os navegadores e levando-os, em um século, a decuplicar o mundo conhecido até então.

Atuaram criando essas fôrças de expansão marítima: o absolutismo monárquico superando o feudalismo rural, centralizando o que era fragmentário, em poderosos vetores; o capitalismo e sua forma mercantil — dando surgimento às cidades—estado, às urbes empório — impondo-se ao corporativismo; a renascença; a reforma; a ruptura do comércio entre o oriente e o ocidente tomada Bisâncio pelos turcos; uma nova técnica de marear — a vela e o astrolábio.

Oportunidade e aventuras em escala nunca sonhada trouxeram profunda modificação à Europa centro-ocidental. Assim sucederá, neste ou no próximo século, quando a humanidade, vencendo óbices ainda existentes, lançar-se à conquista de espaço, perquirindo, não continentes mas outros mundos, devassando tôda uma galáxia.

Coube à Ibéria, em sua situação, uma vez mediterrânea e atlântica, buscar novos rumos ao oriente à cata das especiarias essenciais à dieta européia e a dos metais nobres necessários à monetização. Os portugueses — a longa formação de mareantes de Sagres — segundo o périplo africano, seguindo os passos dos nautas fenícios utilizados pelo faraó Nescal; e os espanhóis sobre influências genovenses apoiadas em antigas idéias aristotélicas — contestadas pela igreja — acérca da esfericidade da terra, improvisando-se ao mar em busca do nascente pelo poente.

Mais felizes, os lusos atingem as Índias e partilham a América.

Dêsse duplo arremeter sobre o "mar oceano" resultou o singular dos limites das nações americanas terem sido definidos (Tordesilhas) antes delas virem a lume, e nesse aspecto o Brasil, mais tarde, beneficiou-se quando a união das duas coroas (1580-1640) lhe permitiu, transformando o tratado em letra morta, o cerrar mais tranqüilo sobre os Andes e os grandes rios ao Sul.

Espanhóis e portuguêses reproduzem na América do Sul a mesma situação topográfica de envolvimento; mas, curiosamente, a evolução política dos domínios castelhanos inverteu-se; enquanto lá caminha-se para a união, aqui imperou o fragmentar em uma poalha de nações.

A América do Sul é um triângulo isósceles. Os Andes em seu sentido Norte-Sul constituem-se em coluna vertebral e separadores das vertentes marítimas. Os "nudos" e os "pasos" andinos concordantes às bacias amazônica e platina possibilitam as ligações entre as vertentes. A do Pacífico, pobre de articulações, é constituída por terras impenadas e íngremes de descenso brusco, correndo as águas no sentido longitudinal em apartados vales interiores. No Atlântico, o litoral, apesar de pouco articulado, quase sempre é baixo e grandes rios navegáveis interiorizam o oceano. O altiplano boliviano — centro geográfico ou continental — e o maciço central brasileiro, dividem as grandes vertentes atlânticas, a amazônica e a platina, separando-as ainda da longitudinal são-franciscana. Geologicamente ao arqueano brasílico e guianense opõem-se o terciário andino e o quaternário das planícies; terras novas e velhas colmatadas, umas, senilizando-se à erosão, outras, constituindo-se, alteando-se e tomando forma ao impulso de fenômenos tectônicos ainda prevalentes e ao depositar de sedimentos. Ao extremo frio andino o calor amazônico, o contraste do NE brasileiro e da Patagônia. Os Andes e a Serra do Mar opongendo grandes dificuldades aos transportes tão facilitados nos Pampas, nos Llanos, nos grandes rios navegáveis e no planalto brasileiro nas mercês especialíssimas das águas emendadas e dos rios que nascendo no litoral correm para o centro.

Em traços gerais essa a América, pouco a pouco revelada aos descobridores, apresentando por seus contrastes geográficos variada gama de possibilidades e paisagem humana diversificada em densidade e grau de civilização, variando do estágio altamente avançado dos Incas e dos seus lindeiros ao Norte e ao Sul (os chibchas e os diaguites) praticantes da agricultura intensiva e irrigada, possuindo organização social complexa e vertical, politeístas no venerar os astros como é comum aos agricultores, trabalhando os metais, estabelecendo estradas e uma economia comunitária; aos índios caçadores e pescadores da área do guanaco, esparsos do Chaco à Patagônia, monogâmicos; aos numerosos e pouco evoluídos índios da área da mandioca, brasileiros, paraguaios e uruguaios, compreendendo vários ramos, desconhecendo os metais e os animais domésticos, coletores uns, pequenos agricultores outros, pescadores ou caçadores, fetichistas, patriarcas e geralmente monogâmicos, guerreiros e nômades em fase migratória.

Possuísse o espanhol uma das qualidades colonizadoras que Gilberto Freire ressaltou nos lusos — a miscibilidade — o império Inca e seus afins teriam influído enormemente no tracejar dos rumos, mas, justamente as mais desenvolvidas civilizações indígenas, as aptas a uma ação comum, foram, de golpe, suspensas, passando a imperar pelo sistema de "repartimientos" ou "encomiendas", generalizada escravidão cujos resultados ainda estão patentes nas massas populares não adaptadas, que sem teres nem haveres, vegetam no triste pano de fundo demográfico dos países andinos, criando tensos problemas raciais e sociais.

Apesar do atraso dos indígenas brasileiros, eles, por miscigenação ao português gerando o mameluco, influíram em forte forma no pro-

cesso colonizador, imprimindo no nosso sertanejo técnicas de vida e aspectos psicológicos, e influindo na constituição social das Bandeiras, que foram uma organização tribal na mobilidade, na alimentação e na estóica forma de operar. A nossa toponímia, certa atitude individualista, o sentimento de liberdade, a desorganização no trabalho, a imprevidência e a suscetibilidade assim como o crer que o fato de "imaginar" leva ao resultado desejado, são os traços fortes de sua herança.

Enquanto Portugal, exaurindo-se na Índia e parco de povoamento, titubeava no aproveitar a nova terra, entregando-a inicialmente a donatários particulares, tentando transplantar o que dera resultado nas ilhas, a Espanha inicia o seu trabalho de desbravamento que pode ser sintetizado em três fases: a antilhana, estendendo-se inclusive à região do Panamá; a ampliação divergente para o Norte e o Sul — o México e Peru — ao encalço de nações e metais de que tivera notícia e, enfim, a expansão para o Chile e a ocupação do Rio da Prata. A interiorização nas regiões da prata e do ouro e das pedras preciosas é rápida. Joga-se o índio contra o índio e assim o império Inca transforma-se em enorme senzala; surgindo do altiplano para o Norte uma grande empresa mineradora da base do índio confinado, escravizado e dos "encomienderos". Sairão os futuros caudilhos regionais.

Na Venezuela constitui-se a primeira grande empresa capitalista colonial — os Welsers — e o resultado é o mesmo: sujeição e desaparecimento do índio como nação organizada. Os metais mandados à Espanha só em tal monta que, ao fim do século XVI, a quantidade de prata e ouro existente na Europa, à época de Colombo, avaliada em 4 bilhões, subira a 20 bilhões, influindo poderosamente no aumento da economia capitalista e no estímulo à especulação. Pouco interesse despertara explorar o resto do território; daí a conquista do Chile ser relativamente recehete, opondo-se-lhe tenazmente os Araucânicos, que deixaram assim um testemunho de seu alto valor. Mas como o "eldorado" situava-se no Pacífico e haviam os incômodos do transporte para o Atlântico através do istmo, procuram-se novos roteiros, descendo o Amazonas — Orellano — ou subindo o Rio da Prata — Buenos Aires e Assunção.

As dificuldades nos transportes entorpecidos pelas grandes distâncias e o modelado bruto do terreno, a diferença de interesses, mineiros nos Andes e criadores no Prata, os choques na fronteira Sul com o português, fragmentam o império colonial e do Vice-Reinado do Peru (criado em 1542) dissociam-se o Nova Granada (1717) e o do Rio da Prata (1776) e as capitaniias gerais da Venezuela (1773) e do Chile (1778).

Os primórdios portuguêses seguem rumo diferente. Não se encontrando desde logo os metais e pedras preciosas, ao invés de explorar, coloniza-se. Não há uma forte penetração e sim o diluir ao longo do litoral, de Olinda a São Vicente, tirando também partido das diferenças entre os índios e apoiando-se no pau Brasil e na cana de açúcar e seu

complemento natural: o gado para os engenhos. Não foi posse mansa e pacífica, recalando-se o indígena para o interior e repelindo-se o entrelópo francês traficante de pau Brasil ou colonizador huguenote de São Luiz e Rio. Assim, as causas militares reforçam o expandir econômico litorâneo e a persistência das necessidades de segurança, em tempos pósteros, nos levam ao desbravamento amazônico, às lutas de Sacramento, à fundação de Pôrto Alegre à Príncipe da Beira.

Ao fundirem-se as coroas em 1580, no Brasil, além da ocupação costeira nos limites Olinda e São Vicente, as primeiras entradas — Salvador, Sergipe e Espírito Santo — haviam basculado o sertão e em São Paulo ao serem fundadas Itu, Sorocaba e Taubaté, estavam lançados os marcos iniciais do bandeirismo completador da nossa base física. Em síntese, esboçara-se uma aculturação litorânea agropecuária com pequena penetração sobre as cabeceiras de tributários do Rio da Prata e processava-se intensa mescla racial.

No Pacífico, desenvolvera-se forte penetração andina de caráter mineiro e o recalque e abastardamento de civilizações ameríndias de alto valor.

De um lado a estabilidade agrícola em que, ao plantar o agricultor como que também se enraíza ao solo nêle apagando-se e a combinação das raças, indianizando-se o colono e europeizando-se os dependentes mesclados do índio. Na outra vertente, a violação da terra e do homem num escavar destruidor do solo e do braço, o alvião e o azorrague.

A coroa espanhola trouxe-nos compensações e desvantagens. Almejando a mão-de-obra indígena e pedras e metais nobres, transpusemos o limite de Tordesilhas ampliando o cenário geográfico. Mas atraiu os defrontantes dos espanhóis, em luta contra o seu poder e desses conflitos, o mais sério, pelo que representou em ameaça econômica e territorial, por sua duração e consequências, foi a guerra do açúcar contra os holandeses, cujos capitais financiadores foram frustrados, devido à luta entre Espanha e Holanda. Organizados em companhia de comércio, em uma típica ação colonial capitalista, apossaram-se das plantações (Brasil) e das regiões fornecedoras do braço escravo (África).

A primeira grande manifestação nativista, o início da formação de uma consciência nacional resulta desse embate, integrando-se como combatentes, colonos, índios, negros e mestiços, nordestinos e paulistas, empenhando-se a fundo, sem auxílio oficial, em finalizar a campanha.

A ligação terrestre via São Francisco e o devassamento da caatinga são, então, efetuados.

Apesar da força do impacto, o país ainda encontra energias para expandir-se, no Amazonas, no espraiamento criatório no São Francisco e no nordeste — colonizado do interior para o litoral e as mesnadas paulistas atingem o Maranhão ao Norte, o Paraná a Oeste e Tapes ao Sul atraídos pelas reduções jesuíticas. As reduções constituíram, apesar de aparentemente espanholas, uma outra ação colonizadora independente.

Uma nova linha de agir segundo um experimento singular. No interior do continente, entre selvas e rios, um grande sonho religioso toma forma, o estado teocrático, comunitário, fechado, restrito a normas sociais invariáveis e reguladas nos íntimos detalhes, trabalhando-se sobre um povo rijo e apto a tudo receber. Tentativas iguais foram feitas no Amazonas mas sem atingir a profundidade e duração daquelas. Foi sonho que os bandeirantes desfizeram antes que o tempo o liquidasse, pois não podem subsistir civilizações sem intercâmbio e as formas políticas e sociais resultam de uma dinamização própria que não pode ser imposta de cima para baixo, de fora para dentro, em um só sentido.

Inapto o indígena ao sedentarismo agrícola e minerador, o negro é utilizado em larga escala. A escravidão, desaparecida na Idade Média, impera como um dos grandes negócios do século até a revolução industrial. A evolução humana faz-se também por retrocessos, por involuções.

O ouro (1695) e as pedras interiorizam o Brasil. Entumece-se, turge o conteúdo, interior; esvaziando-se o litoral, o continente. Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso adensam-se na afluência paulista, nordestina e reinol — os emboabas. As lides mato-grossenses são fixadas prolongando para o Norte os marcos decorrentes da caça ao índio no Paraná e no Tapes.

Aos centros consumidores das minas e catas, por intermédio das monções e das tropas afluem provindos do São Francisco, da Serra do Mar e dos planaltos e pampas sulinos, gêneros, gado, animais e mil utilidades e nessa ação aglutinadora semelhante à da guerra holandesa, processa-se a interligação regional.

O centro de gravidade até então nordestino desloca-se e começo o fastigio de Rio, o pôrto do ouro e mais apto que Salvador a comandar e prover os sucessos do Sul começados com Sacramento, e que vão percurtir até depois da Independência finalizando-se no equilíbrio de fôrças simbolizado pelo Uruguai.

Ao toque do ouro e das pedras a aparelhagem administrativa transforma-se passando a assemelhar-se, nas finalidades predominantemente arrecadadoras e no emprêgo de processos policiais, ao sistema espanhol. O monopólio restrito que era o pau Brasil amplia-se e as taxas fiscais — o quinto, a derrama — a exclusividade no fundir, o fechamento das estradas, o severo controle da população e outras medidas originam um ambiente pesado, desfavorável à metrópole e aos português, eclodindo movimentos rebeldes nas Minas e nas regiões sujeitas ao estanco — Beckman, Mascates, Emboabas, Felipe dos Santos e Tiradentes obedecendo às causas e razões semelhantes as que, no Pacífico, sublevaram Manco Tapac, Tupac Amaru e Antequera.

Há um reverter nas situações. Ao entrar o Brasil na fase mineira desequilibrando-se, em seu proveito, o esforço agropecuário, ocorria a caída da produção andina e lá os esforços voltaram-se para

atividades mais fixadoras e estáveis, o gado e a agricultura, começando a ascensão da Argentina e do Chile.

Ao despontar a independência norte-americana, influenciada pelas mesmas idéias derrubadoras do absolutismo monárquico, e para a qual cooperaram os espanhóis e franceses, a fragmentação do império castelhano já estava esboçada pelos vice-reinados.

As Audiências — tribunais que tornavam independentes o Poder Judiciário, substituíam os vice-reis e tratavam de finanças e de guerra e os Cabildos — órgãos legislativos locais semelhantes aos nossos Senado da Câmara, as Universidades e uma pequena imprensa exercem importante papel na independência e na estruturação dos vários países.

O império napoleônico ao usurpar o poder legítimo na Espanha abre nova conjuntura aos sul-americanos.

No NW aonde aconteceu a descoberta — e sujeito desde logo à influência americana — desponta o primeiro movimento libertador. Ao Sul, o Rio da Prata, ao repelir com os seus próprios meios repetidas invasões inglesas (1806 e 1807), toma idêntica atitude.

Ambos os movimentos pretextam fidelidade ao rei deposto, mas o suceder dos fatos desvenda o real motivo, a Independência.

No Alto Peru, aonde sempre foram maiores os interesses espanhóis, surge a reação. Uma luta feroz processa-se com alternativas várias, havendo fases em que o seu sentido era ofuscado por ações parasitárias reveladoras das incompreensões existentes na intimidade dos colonos ou dos metropolitanos.

Quando é possível às extremidades darem-se as mãos — Bolívar e San Martin — a causa espanhola cai consumando-se a independência e predominando as dissemelhanças econômicas e culturais; a fisiografia, o personalismo e o localismo, a estrutura dos vice-reinados cede, fragmenta-se ante o embrião das consciências nacionais.

A colonização brasileira atuando vivamente na foz do Prata e impedindo o aproveitamento de grande trecho do Rio Paraguai e a atitude guarani, introvertida e localista, em muito agravaram as precárias possibilidades de circulação, cooperando para o fragmentar do império espanhol.

No lado português, a vinda do Rei à Colônia à testa de um êxodo de cerca de 15.000 pessoas, criou conjuntura diferente. De golpe, os brasileiros compreenderam a nova situação face ao reino.

Houvera de fato uma inversão nos papéis políticos; como que a metrópole se colonizara. A abertura dos portos, o livre progredir nas indústrias e artes manufatureiras, a ação na Guiana Francesa e a política no Prata, cooperaram na tomada do eu e, quando passado o vendaval napoleônico, esboçou a reação metropolitana, a independência surge a coberto de um membro da família real, quase sem luta, cabendo-nos porém não esquecer o havido no Maranhão, na Bahia, na Cisplatina, no Pará.

Houvera, lá e cá, no Pacífico e no Atlântico, a substituição da guarda política.

Ainda nos dias que correm o caminho da independência vem sendo tortuoso e difícil. Sucedem-se as lutas... O sonho, sustentado por Buenos Aires e em dado momento pelo Paraguai, de reconstituir o vice-reinado do Prata, obstado por nós e pelas antinomias regionais, mas que é o nosso pesadelo... O afastamento à força da Bolívia do mar... O entreverbo chileno-peruano... A longa disputa, entre o Paraguai e a Bolívia, em torno de terras das mais ásperas... Os problemas fronteiriços entre as nações de Nova Granada.

E as lutas internas. No Equador ocorrem 18 constituições; a Venezuela através 52 movimentos revolucionários chegou a experimentar 11 constituições; a Colômbia aplica 7 cartas magnas resultantes de 70 morscas. Ao rosário constitucional todos temos aportados várias contas.

Isso mostra que a Independência faltou o complemento a estabilidade política. Alcançar o perfil de equilíbrio por meio da evolução natural e contínua em vez de transformar a anormalidade em processo normal, como a única forma dos povos se configurarem nos termos que devem passar a imperar, abandonando o que foi ou o que é.

Esse cachoar sobressaltado decorre de várias causas. Em grande parte exprime a preponderância dos fins e processos que presidiram a colonização e ainda estão presentes.

O regime econômico de caráter complementar é o fundamento básico da insatisfação. O seu reajuste para atender às necessidades nacionais é o lento pois há incompreensões e dificuldades internas somadas à pressão externa dos interessados. Os próprios produtores, voltados para os mercados externos, são incapazes de verem o País através das suas necessidades reais e decorrendo da produção da riqueza e da divisão de seus resultados a organização social e a cultura, essas não são possíveis em forma estável e própria, em sistemas altamente concentrados.

Os funis econômicos, — do açúcar, do ouro, da borracha, do cacau, do café, do estanho, do petróleo, — apontam para o mar, atentos à contra-costa, os dorsos voltados para o hinterland e assim são incapazes de cooperarem na formação, física e espiritual de um conjunto pátio com a suficiente capacidade circulatória de integração e no nosso caso um distinto camarada, o Coronel Golbery, estudando o aspecto dos transportes, sintetizou o assunto em forma segura, definindo um núcleo central fracamente unido às penínsulas nordestina, do centro-oeste e sulina e completamente desligado em relação à ilha amazônica.

A prosperidade ou a depressão apresentam-se de chôfre, pois flutua-se em bruscas mutações ao sabor de necessidades estranhas, e grandes levas populacionais vivam migratoriamente ao encalço de mercados de trabalho variáveis.

Outros tropeços existem e alguns exemplos brasileiros, mesmo tratados sucintamente, guardadas as proporções podem dar uma idéia de certas dificuldades sul-americanas.

O Brasil é um País continente, é a última grande área ocidental disponível e tem capacidade para, a curto prazo, evoluir em ritmo acelerado desde que resolva, a tempo, alguns problemas.

A onda demográfica mal adentrou-se a 500 quilômetros no território, continuando-se a manter um acentuado caráter marítimo e nessa faixa de maior densidade ocorrem os significativos claros do sertão deumonetizado, arcaico e índio em seu viver de extrema miséria desconhecida dos dirigentes — isolando as ilhas de potencial demográfico e econômico. As fronteiras — geográfica, política e econômica — não se superpõem, a área é delimitada mas não ocupada.

A população em relação a superfície é pequena e irregularmente distribuída, mas apresenta grande índice de crescimento pesando a massa jovem sobre as gerações mais velhas. A estimativa para 1980 prevê 100 milhões de habitantes em grande parte natos nas regiões mais pobres, pois as proles numerosas são filhas da "mãe cabocla".

Em 1954 o Brasil econômico (SE e S) abarcava 17% da área total, 60% da população e produzia 80% da renda, enquanto no superpovoado NE com 15% da área total sediavam-se 31% da população com 13% da renda, e as subpovoadas zonas N e CW abarcando 60% da área albergavam 10% da população produzindo 5% da renda nacional.

A consequência dessa disparidade de valor agravada pelo crescimento demográfico é uma intensa migração das áreas mais pobres (6% do NE e 15% do CW, em 1955) em busca, ao S e à SE, de uma Canaã que não existe e se parte é absorvida pelas zonas pioneiros grande número permanece nas cidades da costa dificultando por sua atuação parasitária — os problemas urbanos.

A crise vem se agravando e é necessário para remediar-la ampliar a superfície econômica equilibrando ou reduzindo o desnível entre as áreas terminando-se assim com a perigosa situação social presente em que a população divide-se em "ter ou não ter", pior ainda "ver e não possuir", "almejar e não alcançar".

Ocupar o espaço geográfico; conduzir a economia à sua função social; nivelar e interligar as regiões; resolver problemas raciais em certos países; criar intercâmbio econômico e cultural entre as nações, são os problemas mais prementes a solucionar para que passemos a possuir cultura própria, ameríndia, fruto de nós mesmos e uma configuração que nos assegure a estabilidade política e influência positiva nos negócios do mundo.

REFLEXÕES MILITARES

Cel CAMPOS DE ARAGÃO
Oficial de EM

Finda a guerra, em 1945, tôdas as consciências cheias de esperanças contavam como certa uma paz duradoura e plena de compreensão por parte dos vitoriosos.

As lições amargas trariam, provavelmente, o mérito de evitar novos erros. A desmoralizada Liga das Nações, que em nenhum momento tivera voz ativa, passara para os anais da história, deixando apenas a lembrança das inócuas reuniões nos palácios da pitoresca Genebra, na Suíça. Uma nova entidade, desta feita, mais robustecida e eficiente, a Organização das Nações Unidas realizaria o grande milagre, e, o Mundo poderia, assim, viver sem os sobressaltos das destruições maciças que tinham arrasado tantas cidades seculares na Europa, Ásia e África.

Mas tudo teve duração efêmera. Nem mesmo nos primeiros instantes do após-guerra, o Globo chegou a respirar o clima da paz sonhada. E o sobressalto de um novo conflito à vista está, agora, mais em foco do que nunca. Sem nenhum sensacionalismo a imprensa mundial alerta os povos dizendo que: "Khruchtchev repete Hitler". A julgar pelas atitudes enfáticas dos seus discursos inflamados na Praça Vermelha é, na realidade, um grito de alerta forte, este dado pelos jornais. Tudo indica que, realmente, a URSS enveredou pelo mesmo e malsinado caminho da Alemanha Nazista.

Contudo, num intento de profecia, ousamos dizer que não haverá jamais a loucura de uma guerra atômica de proporções gigantescas, com a morte das centenas de milhões de pessoas, conforme já foi, dramaticamente, previsto pelo Primeiro Ministro Soviético. E, um raciocínio primário pode esclarecer tudo.

Eram imensas as possibilidades da guerra bacteriológica e de gases no momento em que irrompeu o conflito de 1939. O que vimos, entretanto, foi *prevalecer a razão*. Os gases mortíferos e os cruéis recursos aos micróbios não chegaram a sair dos arsenais e laboratórios. O receio do "feitiço contra o feiticero" levou a que, em nenhuma oportunidade, tivesse qualquer dos bandos, em presença, dado a fatídica ordem do seu emprêgo.

E perguntamos com o que reputamos de lógico:

— Será que o mesmo não se dará com os implementos atômicos?

Embora seja apenas um ponto de vista, somos dos que não acreditam no emprêgo maciço desses meios. É de imprevisível consequência o que poderá acontecer a toda humanidade, com a saturação da atmosfera por camadas de nuvens radioativas, oriundas de bombardeios indiscriminados. Assim se expressam todos os técnicos militares. Além disso, é sabido que os arrebentamentos no solo terão uma perigosa persistência da radioatividade por extensa zona nas proximidades dos impactos.

Como se vê, não é fácil a aceitação de uma ação vigorosa com o emprêgo dos fabulosos estoques já existentes, tanto por parte dos Estados Unidos como pela Rússia. Acreditamos que nem mesmo em situação de desespero esses países apelarão para esta infernal forma de destruição.

A própria história concorre para a aceitação da tese de que será o terceiro grande conflito mundial (se isso acontecer) ainda, à base da guerra dita convencional. Podendo-se esperar, no máximo, o emprêgo de projéteis atômico-táticos.

As superbombas arrasadoras, visando a efeitos estratégicos, permanecerão arquivadas nos arsenais altamente especializados.

Não é fácil prejulgar como vão ser eliminados esses estoques diabólicos de bombas e superbombas. Certamente, com o adiantamento da técnica americana e russa, não temos dúvida, que os seus especialistas resolverão a contento o problema, como o fizeram no caso dos projéteis e bombas tóxicos.

De tudo isso, devemos concluir que o elemento básico da batalha, isto é, o *homem*, continuará a manejar as armas convencionais, ou, outras do mesmo gênero mais evoluídas. Elas serão ainda, nesse século, elementos da decisão com as quais os beligerantes procurarão impor a sua vontade.

É claro que a estratégia e a tática militares evoluíram muito. A Logística e a técnica de Mobilização já criam situações bem diversas das quais do último conflito.

Assim, por mais complexa que se torne a Guerra ela é, cada vez mais, subordinada aos *valores humanos*.

A história aí está mostrando que através de milênios os conflitos foram consequência de antagonismos entre Nações ou Grupo de Nações. São os homens de direção dos povos de um país que a impõem, quando sentem que fracassaram as pressões diplomáticas. E sendo, como já bem afirmou Clausewitz: "a guerra é a continuação da Política por outros meios", isto é, pela violência, vemos que os *valores humanos* são cada vez mais ponderáveis, quando uma Nação quer impor os seus justos, ou pretensos direitos a uma outra Nação. Desencadeada por circunstâncias

que se tornaram incontornáveis, a luta é travada por *homens* que comandam e por *homens* comandados. Existirão, ainda, por muitos anos Fôrças Armadas como esteio da segurança das Nações.

É evidente que, hoje em dia, sendo a Guerra de caráter total, não só as Fôrças Armadas têm a responsabilidade da Segurança da Pátria. O problema é de âmbito mais amplo, todas as fôrças vivas da Nação são mobilizadas e postas em jôgo, já que um único desfecho interessa: a vitória.

Assim, todos os "Campos de Fôrça", isto é, o político, o psico-social, o econômico e o militar são integrados na responsabilidade dessa vitória que deve ser conseguida a qualquer preço.

Este preâmbulo, que pode parecer pretencioso, justifica, todavia o que pensamos expor sobre o preparo de nossas Fôrças Armadas.

Sabiamente os nossos regulamentos fixam quatro traços característicos que são indícios seguros do êxito ou fracasso de uma Fôrça Armada.

- Disciplina
- Moral
- Espírito de corpo
- Eficiência.

Disciplina — Esteio de toda organização militar, deve ser fruto de um desenvolvido conceito da imprescindível necessidade da subordinação da vontade do indivíduo em benefício do conjunto.

A verdadeira disciplina exige obediência constante e consciente, capaz de preservando a iniciativa, funcionar sem tropeços, mesmo na ausência do Chefe. Só a instrução bem orientada pode levar os homens subordinados à confiança e ao senso da responsabilidade, de modo, a verem com superioridade o cumprimento fiel dos deveres e obrigações. Através do apelo à razão premeia-se ou pune-se em momento oportuno.

Não será demais desejar-se que um novo arrôxo se verifique na *disciplina* das nossas Fôrças Armadas. Sentimos que há necessidade de um reajustamento nesse setor. É a falta de melhor compreensão do que seja disciplina que vem levando ao descrédito a autoridade de alguns Chefes. Muito se tem falado em "crise de autoridade". Seria, talvez, melhor falar-se em "crise disciplinar".

Como não se podia deixar de esperar, as conquistas sociais e os conceitos de liberdade e livre arbítrio continuarão sendo mal interpretados e repercutindo, de modo negativo, para maior afrouxamento da *disciplina*.

Moral: "É o estado mental e emocional do indivíduo".

Ele é fruto de uma instrução bem orientada e, sobretudo, dos exemplos sadios dados pelos Chefes.

É o Moral, evidenciado através do zélo ou do esfôrço voluntário com que os homens se empenham em suas tarefas, muitas vêzes levando-os a ultrapassarem as imposições regulamentares.

É revelado, também, pela compreensão do valor pessoal, oriunda da confiança que depositam nos seus Chefes, na instrução e nos meios materiais de que dispõem.

E tudo isso, induz a que surja um orgulho consciente a todo soldado, quando consegue atingir ao perfeito cumprimento da missão que lhe foi imposta.

Espirito de Corpo : É o estado mental e emocional do conjunto de homens que integram a unidade. É algo mais que a somação do moral dos seus integrantes. E isso fica bem caracterizado quando as realizações coletivas superam as individuais.

Assim, os feitos passados e presentes da unidade quando devidamente explorados constituem a mola vigorosa a estimular o verdadeiro espírito de corpo. E, um orgulho espontâneo brota de todo aquêle que pertence a uma unidade cujas ações são decantadas e veneradas.

Eficiência : É traduzida pela capacidade de ser cumprida qualquer missão recebida com êxito e no mais curto prazo possível, tendo sido empregados o indispensável, sómente, de meios. Uma administração capaz e uma instrução fecunda e bem orientada são os alicerces da eficiência. E, essa eficiência atingirá ao máximo quando ela é alicerçada por uma disciplina consciente, um moral elevado e um espírito de corpo que já se constituiu em orgulho (1).

Uma Fôrça Armada pode superar as suas deficiências em meios materiais quando ela é, realmente, o produto das características básicas que acabamos de analisar.

Assim, o Programa Padrão para o preparo de nossas Fôrças Armadas, e, particularmente o do Exército, tem que ter por escópô principal êste instrumento insubstituível: o homem.

É sabido que a idade assume importância capital na orientação e educação dos espíritos. Eis aí um dos fatores que levam a prestação do serviço militar ser feita na adolescência e o recrutamento dos futuros oficiais ainda na infância, através dos colégios militares.

Há, hoje em dia, estudos bem avançados dos Institutos de Psicologia Coletiva, calcados numa parte do inconsciente humano, a qual o sociólogo Scheller chamou de "Universo Sagrado". Este Universo, é constituído por um conjunto de valores depositados no nosso inconsciente, que se afacados do exterior encontram logo resposta de defesa instantânea. Os principais valores ditos Sagrados são Deus, Pátria, Família, Dever e Honra.

(1) Tópicos calcados em texto de Reg. Militares.

Infelizmente, o Mundo moderno perde a noção do "Sagrado", que tem significado religioso, no sentido de religar, de unir os indivíduos.

Mas é ainda sobre êstes esteios que se deve preservar a estrutura das Nações. O homem necessita, pois, de uma educação militar que faça brotar para o consciente êstes valores Sagrados, a tal ponto, que êles possam levá-lo à sublimação, isto é, ir até as raias do sacrifício em defesa dos mesmos.

No século tumultuado em que vivemos a consubstanciação da idéia de Pátria vem sendo abalada, a todo instante, por aquêles que comungam ideologias exóticas, nefastas e corruptas.

Os conceitos de democracia e liberdade que norteiam a vida dos povos que integram a Comunidade Ocidental — como é o nosso caso — precisam ser melhor esclarecidos e mesmo amadurecidos nos espíritos jovens. Assim sendo, não se pode deixar de lado, como até então se fêz, a orientação política da juventude militar.

Não no sentido prejudicial de arregimentação partidária, de introdução em assuntos de Política facciosa, ou mesmo inspirada no caráter criminoso de néo-fascista. Não. O que parece se tornar preciso é o retorno à *cartilha cívica*, a uma educação moral mais positiva. Há uma doutrinação dos conscritos, mostrando, com objetividade, os benefícios do regime democrático em que vivemos. Procurando dar-lhes as armas da razão para a defesa da Ordem legal.

O grande Olavo Bilac empunhou, na segunda década do século, uma Bandeira parecida quando da instituição do Serviço Militar obrigatório. Os resultados foram os mais auspiciosos possíveis.

O Grupamento de Unidades-Escola vem de publicar uma excelente Cartilha do Soldado, da autoria do então Cel Albino Silva. Ela foi o resultado de um curso de "Guerra Insurrecional", que funcionou no Quartel do Grupamento, durante o ano de 1960, sob o patrocínio do General Ladário Pereira Telles e que tive a honra de dirigir. São oito lições em 70 páginas, precedidas por Notas para o Instrutor.

Vejamos, em síntese, do que trata a "Cartilha Cívica" do Grupamento de Unidades-Escola:

Lição n. 1: *Organização das Coletividades*

- 1 — A Família
- 2 — A Cidade
- 3 — A Nação
- 4 — Outras Coletividades
- 5 — Conceito de Liberdade
- 6 — Deveres e Direitos.

Lição n. 2: Democracia e Comunismo — Diferenças

- 1 — Definições
- 2 — Governo e Estado
- 3 — Democracia
- 4 — Totalitarismo
- 5 — Nazismo e Fascismo
- 6 — 2ª Guerra Mundial
- 7 — Participação do Brasil
- 8 — Comunismo
- 9 — Perigo Comunista

Lição n. 3: Democracia e Comunismo — Diferenças

- 1 — Democracia
- 2 — Representação
- 3 — Comunismo
- 4 — Imposição
- 5 — Liberdades Individuais
- 6 — O Comunismo e as Liberdades
- 7 — Valor da Liberdade.

Lição n. 4: Democracia e Comunismo — Reforma Agrária

- 1 — Valor da Terra
- 2 — Latifúndios
- 3 — Minifúndios
- 4 — Reforma Agrária
- 5 — Solução Democrática
- 6 — Solução Comunista

Lição n. 5: Democracia e Comunismo — Nacionalismo

- 1 — Revolução Industrial
- 2 — Industrialização e Subdesenvolvimento
- 3 — Nacionalismo
- 4 — Cooperação Estrangeira
- 5 — Nacionalismo “Comunista”.

Lição n. 6: Democracia e Comunismo — Nacionalismo Brasileiro

- 1 — Brasil Colonial
- 2 — Nativismo
- 3 — Independência Política
- 4 — Subdesenvolvimento
- 5 — Causas
- 6 — Nacionalismo Brasileiro
- 7 — Falso Nacionalismo
- 8 — Presente e Futuro do Brasil

Lição n. 7: O Mito da igualdade

- 1 — Propaganda de Mentiras
- 2 — Hierarquia
- 3 — A Propriedade
- 4 — Correção do Poder Econômico
- 5 — Solução Democrática
- 6 — Solução Comunista.

Lição n. 8: Prática Errônea da Democracia Igual a Ajuda ao Comunismo

- 1 — Mau uso do Voto
- 2 — Abusos da Liberdade de Opinião
- 3 — Luta de Classes
- 4 — Greves
- 5 — Seja um Bom Democrata.

A Divisão de Orientação Social do Serviço Social da Indústria de São Paulo vem também de iniciar um movimento digno de aplausos, visando a valorização do homem das Indústrias, lançando um *Curso de Formação Cívica*.

É um trabalho notável pela essência do conteúdo. Em linguagem acessível, a qualquer homem, mesmo pouco letrado, merece ser objeto de estudo, visando a melhor organização da parte de Instrução Moral do Programa Padrão, não só do Exército, como das demais Fôrças Armadas.

Vejamos, por exemplo, os assuntos que constituem o *Curso de Formação Cívica* citado:

I — A PESSOA HUMANA

- 1 — Indivíduo e pessoa
- 2 — A dignidade da pessoa humana
- 3 — Seus direitos inalienáveis
- 4 — A justiça social.

II — O CIDADÃO

- 1 — Nacionalidade e cidadania na Constituição
- 2 — Os direitos e as garantias individuais
- 3 — Dois aspectos da formação do cidadão
 - A — A Educação
 - B — O Trabalho

III — PATRIOTISMO E CIVISMO

- 1 — Amor à terra e à história
- 2 — Os símbolos nacionais
- 3 — A língua vernácula
- 4 — As tradições
- 5 — As virtudes cívicas.

IV — A DEMOCRACIA

- 1 — Os princípios democráticos
- 2 — Sua harmonia com os direitos da pessoa humana
- 3 — O totalitarismo.

V — O ESTADO

- 1 — Conceito
- 2 — Elementos constitutivos do Estado
- 3 — Legitimidade do poder público
- 4 — Formas de governo
- 5 — Forma de governo no Brasil.

VI — O GOVERNO

- 1 — Fim primordial: a realização do bem comum
- 2 — A intervenção na ordem econômica e social — as atividades supletivas
- 3 — Os três poderes: legislativo, executivo e judiciário
- 4 — A política
- 5 — Os partidos políticos
- 6 — O dever do cidadão de interessar-se pelos problemas do seu bairro, da sua cidade, do seu Estado, do seu país.

VII — A VOTAÇÃO

- 1 — A instituição do voto
- 2 — O sufrágio universal direto
- 3 — O voto secreto e o voto a descoberto
- 4 — O Código eleitoral.

VIII — O ELEITOR

- 1 — A importância do voto
- 2 — O eleitor — Quem pode e deve ser eleitor
- 3 — A obrigação do voto — Sanções
- 4 — A abstenção e suas consequências
- 5 — O voto em branco.

IX — O VOTO FEMININO

- 1 — A mulher no passado
- 2 — A mulher no presente
- 3 — A mulher e o voto
- 4 — O dever de a mulher votar.

X — O CANDIDATO

- 1 — O candidato e sua escolha
- 2 — Discernimento entre os demagogos e os que têm programas exequíveis
- 3 — A formação moral e intelectual dos candidatos

- 4 — Os princípios doutrinários do candidato
- 5 — Requisitos legais para um candidato
- 6 — A compra do voto; seu aviltamento moral e sua punição legal — Os votos a parentes e amigos
- 7 — Os interesses da nação devem ser colocados acima dos interesses particulares.

AULA SUPLEMENTAR — PARLAMENTARISMO

Como se pode ver, há necessidade de certo cunho evolutivo na Instrução Moral. Está, pois o "Programa Padrão" a exigir modificações profundas. Estamos convencidos, de que a politização das massas, no mundo atual, é uma realidade evidente e inevitável, em face da orientação do Regime Comunista.

Aquêle aspecto de citação de virtudes militares, de simples narração de feitos heróicos de nossa história Militar, já não satisfaz.

Um número maior de horas tem de ser reservado à "formação política do soldado".

Há presentemente no Exército da Alemanha Ocidental um Curso especial de "Psicologia Aplicada" no preparo de oficiais que se destinam a instruir os soldados da Democracia.

Ficam, pois justificados, assim estas "Reflexões", para aquêles oficiais de Estado-Maior incumbidos anualmente da atualização do Programa Padrão.



AB BOFORS

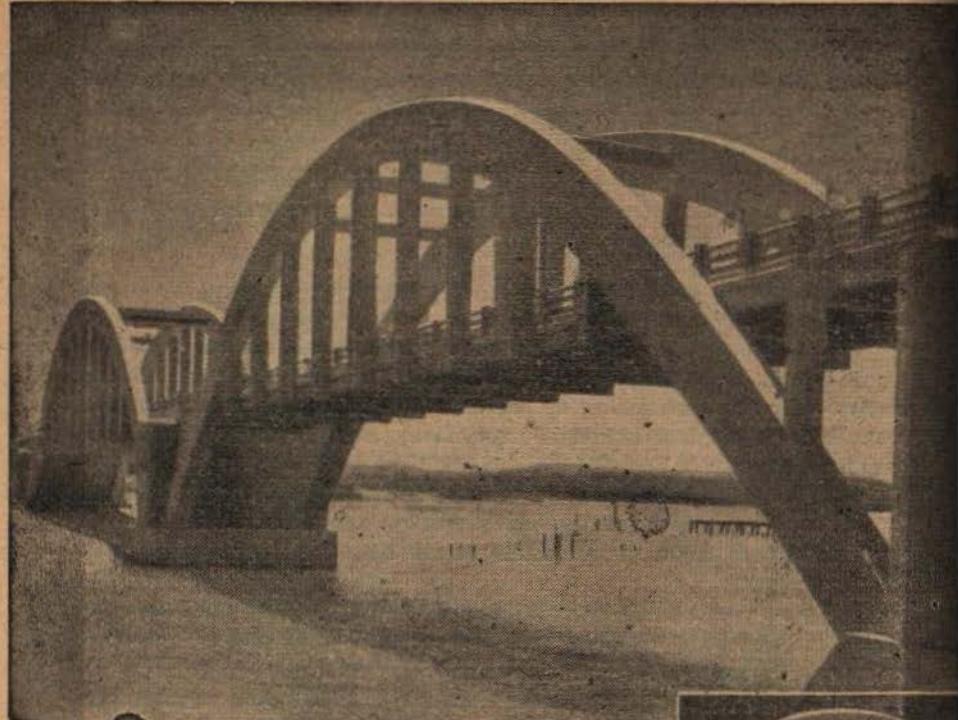
Bofors, Suécia

ARMAMENTOS - EXPLOSIVOS MILITARES E CIVIS
AÇOS E PEÇAS FORJADAS

Representantes exclusivos no Brasil :

CIA. T. JANÉR, Comércio e Indústria

RIO DE JANEIRO — SÃO PAULO — PÓRTO ALEGRE —
CURITIBA — BELO HORIZONTE — RECIFE — BELÉM
— SALVADOR — SANTOS — BRASÍLIA



O CIMENTO MAUÁ NA MODERNIZAÇÃO DO EXERCITO

O Polígono de Tiro da Marombaia apresenta em suas obras uma visão agradável de linhas harmoniosas, às quais se alia a solidez e segurança que lhes assegura o emprego do cimento Portland MAUÁ.



COMPANHIA NACIONAL DE CIMENTO PORTLAND

A ZONA DE DEFESA — CONSIDERAÇÕES

Ten-Cel ARNIZAUT DE MATTOS,
Oficial de EM

A divisão territorial do BRASIL, para fins militares, é atendida em cada força armada, por diferentes organizações, respondendo às características próprias a cada uma, segundo as diversas e específicas atribuições recebidas pelas mesmas. Assim, o Ministério da Marinha tem seis Distritos Navais, o Ministério da Aeronáutica, cinco Zonas Aéreas, e o Ministério da Guerra apresenta duas grandes divisões territoriais: a Região Militar, atualmente em número de onze, destinada a providenciar o atendimento das necessidades das forças terrestres, relativas a suprimento, recrutamento, aquartelamento, saúde, remonta e assistência social, e que é considerada o grande escalão territorial; e o Exército, em número de quatro, acrescidos de dois núcleos que são os Comandos Militares da Amazônia e de Brasília (embriões de futuros Exércitos), considerado o grande escalão de enquadramento e preparação da tropa, para a mobilização e o emprêgo.

Defrontamo-nos, pois, com uma pluralidade de divisões territoriais, de âmbito singular, que, acrescida da divisão político-administrativa, eleva o número para cinco diferentes divisões. Além dessas, existe a divisão militar do território nacional para o emprêgo combinado das Forças Armadas de que trataremos neste trabalho.

A época em que vivemos orienta o nosso raciocínio, em um golpe de vista perfuntório, para dois pólos opostos: o primeiro, o da especialização, em que se exige que o indivíduo saiba mais de campo intelectual cada vez mais restrito, e o segundo, experimentalmente provado, particularmente no último conflito mundial, o da integração, com oficiais possuindo conhecimentos ecléticos, embora de procedências diversas.

Os grandes comandantes aliados foram unâmes em justificar, por seus escritos, que a guerra moderna impõe, em escala geométrica ascendente, a necessidade da integração e da coordenação do emprêgo das forças armadas singulares. O segundo conflito mundial foi rico de exemplos em que se impunham a integração dos esforços singulares e a coordenação do emprêgo de elementos de forças singulares diversas, não só de uma única nação, como de várias nações aliadas, acarretando situações em que elementos, atuando em um mesmo campo de batalha, recebiam ordens de comandos singulares localizados fora de seu alcance e do seu campo de ação.

A experiência consagrou a necessidade de se dar a um só comando a atribuição de conduzir as operações em um campo de batalha, mesmo

quando os elementos participantes fôssem de fôrças armadas diversas. Tal compreensão, identificada pelos princípios de guerra da economia de fôrças e da unidade de comando, foi incorporada nos nossos regulamentos e traduzida numa doutrina de emprêgo coordenado das diferentes fôrças armadas.

A criação do Estado-Maior Geral, mais tarde denominado Estado-Maior das Fôrças Armadas, teve como principal escopo a prática da integração das Fôrças Armadas Brasileiras, propiciando as oportunidades do estabelecimento do diálogo entre os representantes das mesmas, visando o aplacamento das arestas que o emprêgo singular e a tradição deram ensejo a surgir quando de seu emprêgo conjunto e combinado.

O debate e os exercícios em tempo de paz que então seriam realizados, teriam como finalidade o entendimento e a colaboração para efetivar-se essa integração.

Entre as medidas tomadas para encaminhamento dos estudos e entre os atos concretos para consecução de objetivo tão importante, podemos citar a criação da Zona de Defesa e do Curso de Estado-Maior e Comando das Fôrças Armadas. Este, obviamente, para a homogeneização de conhecimentos e de linguajar dos oficiais credenciados para trabalharem em organizações combinadas, e aquela como o primeiro escalão combinado, acima dos mais altos comandos singulares, implicitamente necessário para existir entre o escalão combinado de mais elevado gabarito — o EMFA, naturalmente assessorando o Comando Supremo — e os mais elevados comandos singulares existentes nos Ministérios da Marinha, da Guerra e da Aeronáutica.

Dentro da formação filosófica brasileira e endossado pelo bom-senso, não se poderia jamais admitir que se passasse em um só lanço das organizações singulares para o complexo escalão combinado (EMFA), sem o estágio lógico, natural e racional de um comando combinado intermediário. Esse o mais defensável e compreensível argumento que, por si só, bastaria para justificar a sua existência. Atualmente o seu nome é Zona de Defesa.

A conotação legal de Zona de Defesa, de acordo com a lei número 1.956, de 26 de agosto de 1953, é a seguinte:

"Art. 3º. — As porções do Teatro de Guerra (TG), no interior das quais se realizam *operações de defesa territorial*, destinadas à salvaguarda do potencial de guerra da Nação, inclusive a *preservação da ordem interna*, contra tôdas as formas de agressão, partidas de fora do território nacional, ou de dentro dêle, exceto aquelas que se produzam no âmbito dos Teatros de Operações (TO), são denominadas Zonas de Defesa (ZD)". (os grifos são nossos).

Como parcela do Teatro de Guerra, a vida da ZD, à primeira vista, estaria sujeita à eventualidade de qualquer guerra de que o BRASIL participasse militarmente (artigo 4º da citada lei), acarretando a divisão do

território nacional (TG) em Teatros de Operações e Zonas de Defesa, tendo em vista o emprêgo combinado das Fôrças Armadas, sem prejuízo de sua atual divisão peculiar à Marinha, ao Exército e à Aeronáutica. Entretanto, fundamentado ainda no mesmo instrumento legal, acima citado, e mui sàbiamente, as Zonas de Defesa têm existência permanente, desde o tempo de paz, independendo a sua constituição das hipóteses de guerra formuladas (artigo 6º, da mesma lei).

A instituição dêsse grande escalão combinado deu motivo a um estudo mais pormenorizado, no qual ficou ressaltada a natureza das ações militares a realizar. Para melhor entendimento do assunto forçoso é reportarmo-nos à sua conceituação, em que esse aspecto está evidenciado com precisão (citação acima).

Desnecessário é afirmar que seu nascimento aconteceu em berço formado pelas cinzas da desaparecida Zona do Interior, conhecida em nossa legislação militar, e incinerada pela lei 1.956, do ano de 1953, como se depreende da exposição de motivos que a encaminhou à aprovação:

"Substituição da Zona do Interior, considerada como um todo indivisível, por três Zonas de Defesa, suscetíveis de fractionamento ainda maior, tendo em vista, sobretudo, obviar as dificuldades de direção decorrentes da grande extensão territorial nacional".

Essa característica, a da sua existência em tempo de paz, dar-nos-á a oportunidade de se estudar e de se aprimorar o funcionamento de organismo de apoio logístico comum às diferentes fôrças armadas e aos especiais de mobilização, que de outra forma só seria possível no âmbito das escolas ou em estudos de guerra.

Por outro lado, das próprias definições de Teatro de Guerra, Teatro de Operações e Zona de Defesa, existentes na lei já referida, torna-se óbvio que o emprêgo do poder militar, considerado na sua maior expressão, com a finalidade primeira de destruir as fôrças armadas do inimigo externo, é missão precípua do Teatro de Operações, enquanto que as ações contra o inimigo interno, oriundas de fora do território nacional ou irrompidas em seu interior, são encargos da Zona de Defesa.

Essa compreensão entre as operações contra o inimigo externo militar, de formação regular, e aquelas contra o inimigo interno, não regular, representa mais uma característica diferencial entre Teatro de Operações e Zona de Defesa.

Vejamos, agora, o que compete aos comandos de Zona de Defesa, no âmbito dos respectivos espaços geográficos, em tempo de paz:

'Elaborar os planos relativos:

- a) — à defesa territorial;
- b) — ao aproveitamento logístico-militar dos recursos locais;
- c) — à mobilização de órgãos especiais que lhes fôr atribuída;

- d) — ao equipamento da infra-estrutura militar do território;
 - e) — ao emprêgo combinado inicial das Fôrças Armadas nos TO previstos.
- (I-1-Art. 9º).

Essa competência indica, num exame ligeiro, que entre as cinco tarefas atribuídas à Zona de Defesa, a primeira, considerada como a mais importante por sua colocação no enunciado geral, é a de defesa territorial, isto é, ligada à preservação da ordem interna, em última análise, à segurança interna; as três seguintes, herança da Zona do Interior, de cunho logístico; e, por fim, uma ligada a operações de possíveis TO, consequentemente, por sua colocação ainda, a de última urgência.

Da matéria exposta, para apreciar as principais características diferenciais entre Teatro de Operações e Zona de Defesa, apresentamos o seguinte balanço:

- 1º) Teatro de Operações é a parte do território nacional, transformado em Teatro de Guerra, onde se realizam operações militares contra fôrças armadas regulares do inimigo externo.
— Zona de Defesa é a parte do Teatro de Guerra onde se realizam operações de defesa territorial (para a salvaguarda do *potencial de guerra da Nação*) inclusive a preservação da ordem interna contra tôdas as formas de agressão ou subversão (contra nacionais simpatizantes do inimigo externo e contra alienigenas, naturais do inimigo externo ou seus simpatizantes, particularmente aquêles não pertencentes às fôrças armadas do inimigo externo).
- 2º) Teatro de Operações só existe em caso da participação militar do BRASIL na eventualidade de uma guerra, impondo, portanto, a vigência do estado de guerra.
— Zona de Defesa já existe desde o tempo de paz; a preservação da ordem interna é uma de suas atribuições e deve atender a casos não capitulados dentro do estado de guerra — o caso de “guerra fria”, por exemplo.
- 3º) Teatro de Operações implica em emprêgo militar de grandes unidades combatentes em operações militares, por excelência, intimamente relacionadas com o poder nacional.
— Zona de Defesa, com sua herança da extinta Zona do Interior, implica em operações de salvaguarda do *potencial de guerra da Nação*, intimamente relacionadas com a mobilização e a economia de guerra, mais orientada, portanto, para a logística militar, além de ações relativas à segurança interna da Nação (o que no Teatro de Operações seria correspondente, quando muito, à segurança aproximada).

EMPREGO MILITAR DO HELICÓPTERO

CAP IVO DE ALBUQUERQUE,
Instrutor do CFOAé.

1. — HISTÓRICO

Para dizer o que é o helicóptero, de como surgiu e de como se processou sua evolução, necessitamos reportar-nos ao século XV, época em que o gênio criador de Leonardo da Vinci concebeu e desenhou um dispositivo, hoje reconhecido como a configuração mais elementar dessa máquina voadora.

Percorrendo a história da conquista do espaço, vamos encontrar através da mesma, inúmeros exemplos e tentativas levadas a efeito por estudiosos e técnicos de várias nacionalidades, em busca da ascensão vertical, principalmente após advento do motor a combustão interna. Assim é que merecem destaque: os franceses Paul Connú (1907), Louis Breguet (1907-1935) e Tinne Oehmichen (1920); os austríacos Petroczy e Von Karman (1916); os americanos Henry Berliner e Georges de Bhozat; o espanhol Marquis D. Pescara; o holandês Von Baumhauer; o alemão Henrich Focke; e, finalmente, o russo Igor Sikorsky, que estêve presente a todas as etapas do desenvolvimento do helicóptero durante mais de trinta anos, inicialmente na França e na Alemanha, posteriormente na Rússia, onde estêve à frente de uma fábrica e, finalmente, nos Estados Unidos, onde veio a consolidar a obra que é a história de sua própria existência.

Sob o ponto de vista militar, o helicóptero teve seu valor demonstrado no início da 2ª Guerra Mundial, quando foi utilizado em missões de transporte aéreo de emergência e de salvamento pela Wermacht. Na mesma época, chegou a ser experimentado como meio de transporte tático nos testes realizados na Escola de Infantaria do Exército alemão em Monte Mittenwald, não se tendo, entretanto, notícias de seu emprego efetivo em combate. Na década seguinte ao fim da guerra, os aperfeiçoamentos introduzidos nos aparelhos primitivos e a constante evolução da técnica, propiciaram o surgimento de novos e variados tipos de helicópteros, cujo emprego, até a presente data, não pode ser ainda delimitado. Por ocasião da guerra da Coréia, deu o helicóptero provas definitivas de sua importância militar, cumprindo com grande eficiência, missões as mais variadas, para muitas das quais não se destinava originalmente. Em consequência dos excelentes resultados obtidos com o

emprêgo do novel meio em combate, houve um aumento considerável do número desses aparelhos nas Forças Armadas das principais potências, número êsse que atinge hoje a casa de milhares.

2 — CARACTERÍSTICAS GERAIS

Sendo um tipo especial de aeronave, não permite o helicóptero uma avaliação integral de suas ilimitadas possibilidades. Daí a necessidade de serem conhecidas as suas características especiais, comparadas às dos aviões leves atualmente em uso no nosso Exército.

Como meio de transporte, apresenta certas vantagens que não podem ser superadas e nem mesmo igualadas pelo avião, sendo essa, aliás, a sua missão principal. A faculdade de decolar e aterrissar verticalmente, bem como a possibilidade de voar em todas as direções, faz com que ele seja considerado o meio de transporte ideal em qualquer situação; os obstáculos e as dobras do terreno, que constituem para os aviões sérios empecilhos, são facilmente transpostos pelos helicópteros, servindo ainda para sua cobertura. Em velocidade e raio de ação, entretanto, o helicóptero, presumivelmente, jamais será igual ao avião, embora alguns tipos atinjam velocidade de até 240 quilômetros-horários. Apesar de constituir uma deficiência, tal característica é vantajosa, porquanto a habilidade que possui de retardar rapidamente sua velocidade no ar, aliada à decolagem e aterrissagem verticais, possibilita sua operação, em determinadas missões, mesmo sob condições meteorológicas desfavoráveis.

Finalmente, é possível ao helicóptero executar, com precisão, certas missões, pelo ar, que seriam de execução difícil ou mesmo impossível por terra e que se acham além das possibilidades de outros aparelhos voadores.

Por tudo isso, é ele considerado um elo na cadeia de transportes, que se inicia onde terminam as possibilidades das viaturas e acaba onde o avião atinge superioridade, através sua maior velocidade e maior raio de ação.

3 — EMPRÉGO

Ninguém desconhece, atualmente, o valor do termo Mobilidade e a sua significação, porquanto ele se faz sentir em todos os debates, quer táticos, quer estratégicos, logísticos ou doutrinários. Sabido é também, que um dos fatores primordiais no que se refere à obtenção da Mobilidade é a utilização coerente dos meios. Em função desta assertiva, e calcados na atual doutrina de emprêgo da Aviação do Exército dos EE.UU., podemos afirmar que as maiores oportunidades oferecidas à ampliação da mobilidade do Exército residem na aplicação do transporte

aéreo para os deslocamentos de tropas no interior da zona de combate e na obtenção de mobilidade aérea para os reconhecimentos terrestres. Esses tipos de operações, denominadas operações aeromóveis, são conduzidas pelo Exército, com a utilização de seus próprios meios. Sobre elas, assim se expressou o Cel Mac-Mahon, Instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército dos EE.UU.: "Está evidenciado que o Exército deve depender, cada vez mais, de seus próprios recursos para a obtenção de mobilidade aérea no campo de batalha. As guerras futuras serão ganhas com novas técnicas, utilizando-se o céu como estrada e explorando-se ao máximo a mobilidade aérea".

Baseados nessa doutrina, foram selecionados os diferentes tipos de missões a serem atribuídos aos veículos aéreos do Exército. Ao helicóptero, em particular, estão afetas, entre outras, as seguintes missões:

1. Reconhecimento aéreo:
 - a. De estradas e pontes;
 - b. De comunicações;
 - c. De itinerário;
 - d. De posições;
 - e. De Engenharia;
2. Contrôle de Colunas;
3. Inspeção de disfarce;
4. Transporte de Comando e EM;
5. Transporte de Pessoal e Material;
6. Busca de Informes;
7. Correio e Mensageiro;
8. Levantamento Topográfico;
9. Lançamento e Verificação de Linhas Telefônicas;
10. Inspeção Radiológica Aérea; ..
11. Fotografia Aérea.

Em resumo, no emprêgo do helicóptero, nos diferentes escalões das Armas e Serviços do Exército, devem ser encarados, entre outros, os seguintes objetivos principais, válidos tanto durante a paz como em operações de guerra:

1. Apressar e facilitar a conduta de operações táticas em terra;
2. Aumentar a mobilidade e simplificar a ação do comando, permitindo-lhe exercer melhor controle sobre suas tropas.

A respeito do emprêgo militar do helicóptero, assim se expressaram autoridades como:

- a. Ten-Cel William A. Dietrich, da Fôrça Aérea dos EE.UU.:

"O exército precisaria devotar o máximo de esforços e de fundos ao desenvolvimento e aquisição de helicópteros e outras aeronaves, da classe de decolagem e aterragem vertical. A excelência da ação administrativa no escalão Exército dependerá de uma aviação de fôrça terrestre eficiente e flexível";

- b. Gen-Bda Carlos I. Hutton:

"... o espaço é uma espécie de superestrada universal, pouco freqüentada anteriormente por motivo de ordem tecnológica. O progresso da técnica está atingindo um ponto em que podemos começar a usufruir da flexibilidade proporcionada pelo ar;

... êsses fatos eram imprevisíveis anos atrás, quando a teoria estabeleceu que tudo que se desloca sobre o solo pertence ao Exército; tudo que voa, à Fôrça Aérea; tudo que flutua, à Marinha. A tecnologia está criando algo novo para a guerra terrestre";

- c. Secretário do Exército Wilber M. Brucker:

"O maior destaque dado aos helicópteros e aos outros veículos aéreos leves, agora material orgânico da divisão, está solucionando difíceis problemas referentes à observação e controle do tiro, ao comando e suprimento de unidades largamente dispersas e ao rápido movimento de pequenos elementos combatentes sobre os mais difíceis terrenos."

Os conceitos acima mencionados são amplamente reforçados pelo parecer do grande estrategista alemão ERICH HAMPE:

"Deve ficar bem claro que o helicóptero não se enquadra na estrutura da Fôrça Aérea Tática, mas representa um meio auxiliar a ser distribuído a tôdas as Fôrças Armadas, devendo o centro de gravidade permanecer em terra, com o Exército. Se possível, os pilotos dos helicópteros dos vários tipos de unidades devem pertencer à categoria das unidades em proveito das quais forem atuar, por quanto devem possuir o conhecimento técnico e o necessário conhecimento tático da arma a que pertençam, a fim de melhor cumprirem suas missões."

Comissão Mista Executora do Acôrdo Brasil-Estados Unidos Sobre Serviços Cartográficos e o Inter American Geodetic Survey

Maj Eng Geo JOAO CARLOS SANTOS MADER,
Secretário da Comissão Mista

1 — Antecedentes

Com o advento da 2^a Guerra Mundial, o Governo Brasileiro autorizou, em 1941, que técnicos das Fôrças Armadas Norte-americanas efetassem levantamentos cartográficos em diversas áreas do território nacional, bem como seus aviões tirassem fotografias aéreas de interesse daquela nação e necessárias às organizações cartográficas brasileiras.

Finda a Guerra foram ampliadas as atividades cartográficas dos elementos Norte-americanos em nosso País. Objetivando oferecer maior apoio às nações Latino-Americanas no campo cartográfico foi criado, em 1946, o "Inter American Geodetic Survey", com sede em Fort Clayton, Zona do Canal, no Panamá, e subordinado ao Comando das Caraíbas.

2 — Acôrdo Cartográfico e suas atribuições

Como primeiro passo para oficializar suas atividades cartográficas em nosso País, o Governo Norte-americano enviou ao nosso Governo "nota" em que oferecia uma maior colaboração na execução de um programa de cartas aeronáuticas e mapas topográficos.

O Governo Brasileiro em "nota" de 2 de junho de 1952, acusou o recebimento, e das conversações efetuadas foram finalmente assinadas as "notas reversais".

Os dois Governos concordaram que fôsse estabelecida uma Comissão Mista composta de pessoal técnico dos dois países, e que todos os trabalhos referentes ao Acôrdo fôssem efetuados exclusivamente em benefício mútuo dos dois Governos e os seus resultados considerados de sua propriedade.

Dando cumprimento ao Acôrdo, por decreto de 18 de fevereiro de 1953, o Exmo. Sr. Presidente da República nomeou os primeiros membros brasileiros da Comissão Mista, cabendo a presidência a um Oficial-General do Estado-Maior das Fôrças Armadas. Integram a Comissão representantes do Serviço Geográfico do Exército, Diretoria de Hidrografia e Navegação, Diretoria de Rotas Aéreas, Observatório Nacional, Conselho

Nacional de Geografia, Instituto Militar de Engenharia, pelo Governo Brasileiro; pelo Governo Norte-americano fazem parte normalmente dois representantes do Inter American Geodetic Survey.

O Acôrdo prevê para a Comissão Mista as seguintes atribuições:

- a) Analisar os levantamentos geodésicos e preparar os planos de conjunto para sua integração no futuro Plano Cartográfico Brasileiro;
- b) Examinar a situação dos pontos de controle horizontal e vertical, para especificações de precisão de 1^a ordem, bem como os pontos suplementares necessários para garantir a elaboração precisa de mapas e cartas;
- c) Supervisionar a execução de todas as operações, a fim de mantê-las conformes aos padrões adotados pelo Instituto Pan-americano de Geografia e História e da União Geodésica e Geofísica Internacional.

Ao Governo Norte-americano cabe fornecer:

- Equipamentos geodésicos, astronômicos, viaturas e aviões solicitados pelo Governo Brasileiro; e ainda coleções de mapas e fotografias;
- Pessoal especializado nos levantamentos, quando solicitado pelo Governo Brasileiro.

O Governo Brasileiro compromete-se a:

- a) Coordenar o seu futuro programa cartográfico, objetivando o melhor emprêgo do material cedido pelo Governo Norte-americano, resguardando no entanto aos órgãos nacionais a sua liberdade de efetuar quaisquer trabalhos cartográficos;
- b) Permitir a importação de todo material necessário à execução dos projetos, com isenção de direitos e taxas alfândegárias.

Os dois Governos concordam ainda que nenhuma documentação ou informação resultante dos levantamentos realizados, dentre o programa de cooperação, poderá ser revelada a um terceiro país sem prévio consentimento dos dois países signatários deste Acôrdo; os documentos deverão ser conservados em arquivos e sujeitos a restrições de segurança.

3 — Plano de Trabalho

Durante seus 10 anos de existência, a Comissão tem elaborado seus planos de trabalho, objetivando principalmente o estabelecimento da rede de triangulação de 1^a ordem, quer pelos métodos clássicos, quer pelos métodos eletrônicos.

Como parte dos trabalhos podemos ressaltar as linhas de nivelamentos estabelecidas em grande parte do território nacional. Os trabalhos de Geodésia e Nivelamento têm sido realizados pelo Conselho Nacional de Geografia e pelo Serviço Geográfico do Exército, utilizando material cedido pelo Governo Norte-americano, através do Inter American Geodetic Survey.

Cabe ao Observatório Nacional as medições das estações magnéticas e gravimétricas dentro da zona de mútuo interesse, as quais já se desenvolvem em vasta área do nosso território num trabalho de grande envergadura.

No campo gravimétrico a Comissão tem dado apoio integral a várias organizações norte-americanas, entre elas a "Wisconsin University" e a "USAF". Aliás, no que tange a medições gravimétricas, podemos acompanhar, como representante da Comissão, as equipes em mais de 3/4 da área de nosso país.

Os projetos aprovados pela Comissão são sempre englobados em planos trienais, para um desenvolvimento mais racional das operações, nas zonas de mútuo interesse e de preferência ajustando-se aos planos de cada organização nacional.

O Governo Norte-americano, visando a atender necessidades de ordem científica, e de segurança do Continente, consultou em 1934 alguns países Sul-Americanos, entre êles o Brasil, sobre o estabelecimento de uma triangulação geodésica que estabelecesse a ligação das triangulações da Venezuela, Guianas e do Brasil, bem como a ligação de Fernando de Noronha ao Continente, concretizando assim a integração da Triangulação Geodésica das Américas. O Governo Brasileiro desde o início mostrou seu interesse por mais esse transcendental empreendimento, tendo em vista os benefícios que êle traria ao nosso país. Os estudos iniciais foram levados a efeito pelos membros da Comissão Mista e após debates concretos e elucidativos foi encaminhado expediente ao Chefe do Estado-Maior das Fôrças Armadas. Este autorizou a operação que passou a ter o nome de "Projeto HIRAN". O processo "HIRAN" é um sistema eletrônico de levantamento geodésico utilizando aviões e estações terrestres. Uma única organização no mundo executa êsse levantamento, é o "1370 th Photo Mapping Group" da USAF, sediado na Georgia, a qual tivemos a oportunidade de visitar e onde nos foram mostrados os levantamentos já efetuados ligando a América do Norte à Europa passando pelo Canadá, Groenlândia, Islândia e Noruega. Esse processo é utilizado principalmente para ligação de continentes e linhas e ainda através de zonas de densas florestas, pois ultrapassa todos os obstáculos.

Em todos os trabalhos cartográficos faz-se notar a falta de coordenação entre os órgãos cartográficos nacionais pela inexistência do "Plano Geral de Cartografia", que apresenta um desenvolvimento harmonioso, racional, técnico e objetivo.

A Comissão Mista procura por todos os meios coordenar os trabalhos, o que vem conseguindo e com pleno êxito no tocante à cooperação internacional e obtendo desta forma um alto grau de produtividade.

4 — Constituição atual da Comissão

Desde 10 de abril de 1961 encontra-se na Presidência da Comissão o Gen Div Eng Militar Armando Dubois Ferreira. Desempenha as funções de Secretário o autor destas linhas.

Os atuais membros da Comissão, igualmente nomeados pelo Presidente da República, são os seguintes: Cel Alcides Moitinho Neiva, da Diretoria de Rotas Aéreas; Cel Dació Cesar, da Diretoria do Serviço Geográfico; Ten-Cel Waldyr da Costa Godolphim, do Conselho Nacional de Geografia; Engenheiro Allyrio de Mattos, do Observatório Nacional; Ten-Cel Hélio da Cunha Menezes, do Instituto Militar de Engenharia; Cap Ten Hamilton O'Dwyer, da Diretoria de Hidrografia e Navegação.

O Governo Norte-americano acha-se representado pelo Ten-Cel Jack Falks e pelo Engenheiro Felix Rabito, ambos do Inter American Geodetic Survey.

5 — Inter American Geodetic Survey (IAGS)

O IAGS, organismo autônomo do Exército dos Estados Unidos nas Caraíbas, realiza um vasto programa de levantamento topográfico da América Central e do Sul, mediante acordos diplomáticos com todos os países latino-americanos, excetuados a Argentina e Uruguai.

Batizado com o nome de MAPLAN, o programa tem por objetivo a obtenção de fotografias aéreas e de informações de caráter geodésico para a confecção dos mapas de grande precisão. Iniciado em 1946, espera-se que ele esteja concluído em 1970. Seu custo total está calculado em 200 milhões de dólares, dos quais 150 milhões serão pagos pelos países interessados. Dos 6 mil técnicos e funcionários que atualmente trabalham na realização do projeto, mais de 5 mil são latino-americanos.

Espera-se que os mapas, cartas e informações técnicas resultantes desse trabalho serão de grande utilidade na realização dos programas de reforma agrária projetados na América Latina, pois possibilitarão um sistema de distribuição da terra mais eficiente através de seleção das zonas mais aptas para o cultivo agrícola.

Os trabalhos do IAGS constituirão também valiosa ajuda para os planos de colonização. Estes planos exigirão a transferência de milhares de famílias das zonas rurais para novos campos de cultivo, a construção de estradas e de centros de intercâmbio. Tudo isso seria bastante difícil se não se contasse com o auxílio de mapas, com estudos topográficos e outras informações precisas.

Os Estados Unidos estão facilitando o envio de equipamento e técnicos aos países que já aprontaram fotografias aéreas de seus territórios. Salvador, por exemplo, cumpriu os requisitos essenciais exigidos pelos Estados Unidos em matéria de confecção de mapas. A Bolívia remeteu recentemente ao Departamento de Estado para ratificação um novo projeto de acordo sobre mapas, que está sendo estudado por especialistas do Exército. Fotografias aéreas da parte central desse país foram também enviados ao IAGS para a preparação de mapas topográficos em grande escala.

Todo o território do Haiti já foi fotografado, em colaboração com os Estados Unidos. Ao mesmo tempo foram efetuados estudos sobre o seu terreno. No começo do ano passado a República Dominicana, que tinha com os Estados Unidos um acordo de colaboração para a confecção de mapas, suspendeu os trabalhos que vinham sendo realizados pelos dois países.

Ao Equador foram concedidos 1,8 milhão de dólares para financiar o trabalho de fotografias aéreas em todo o seu território e aperfeiçoar sua própria técnica e organização para a preparação de mapas. No México já estão concluídos todos os estudos sobre o terreno e as fotografias aéreas para elaboração de mapas em escala média da zona situada ao norte do paralelo 24.

O IAGS espera começar os trabalhos preliminares de fotografias e de levantamento topográfico no Paraguai, pois foi firmado o acordo entre esse país e os Estados Unidos. Na Venezuela, o Exército americano assinou dois contratos com firmas locais para complementar o serviço aerofotográfico no Nordeste e no Centro desse país. Já foram obtidas fotografias de grandes altitudes, de áreas de mais de 200 mil quilômetros quadrados, nessas regiões.

Também a Argentina e o Uruguai estão estudando um projeto de acordo preparado pelos Estados Unidos. Funcionários do Departamento de Defesa dos EUA afirmam ser muito importante a existência de uma estreita relação entre o sistema geodésico argentino e uruguai e os países limítrofes.

Em Cuba a preparação de mapas foi suspensa no ano de 1959; o IAGS não pôde concluir sua missão naquele país. Seus membros tiveram de abandoná-lo por ocasião do rompimento de relações entre os governos americano e cubano.

No Chile os elementos do IAGS têm executado verdadeiro trabalho de alpinismo, pois um dos pontos da rede geodésica chilena é considerado o vértice de maior altitude até hoje medido no mundo.

No Brasil, o IAGS funciona há 14 anos, prestando assistência a diversas Organizações cartográficas. Esse organismo dispõe de equipamento no valor de 800 mil dólares, fornecidos pelo IAGS a título de empréstimo. O Inter American Geodetic Survey é dirigido em nosso país pelo Tenente-Coronel JACK B. FALKS, do Corpo de Engenheiros do Exército dos EUA. O pessoal do IAGS, pago pelo Governo dos Estados Unidos, é constituído de 8 militares e 11 civis americanos e 28 brasileiros de diversas categorias profissionais.

Em colaboração com o Conselho Nacional de Geografia, o IAGS já fez o levantamento geodésico de 4.100 quilômetros de território nacional. Os trabalhos começaram na fronteira de Mato Grosso com a Bolívia em direção à região centro-sul. O levantamento da região centro-leste e da nordeste está em fase adiantada, e o ano passado tiveram início os trabalhos de levantamento de 1.500 quilômetros, numa faixa compreendida

entre o Piauí e a fronteira com a Guiana Francesa, levantamento este executado pelo Processo HIRAN, através das selvas amazônicas, trabalho executado em colaboração com a USAF.

Em princípio d'este ano foi iniciado o reconhecimento da triangulação geodésica ao longo do Rio São Francisco, ou seja no meridiano 43°, o que virá fortalecer a rede de triangulação no Nordeste, objetivando o mapeamento da Chapada da Diamantina, de interesse do D.N.P.M.

O Serviço Geográfico do Exército iniciou em junho d'este ano o reconhecimento da cadeia geodésica do paralelo 25° em território paranaense, na altura de Laranjeiras no Estado do Paraná. Esta triangulação, que se estenderá até a fronteira, servirá de apoio para início dos trabalhos geodésicos em solo paraguaio pelo Inter American Geodetic Survey.

O Serviço Geográfico por suas Divisões de Levantamento e Comissão do Nordeste e o Conselho de Geografia por seus Distritos vêm recebendo substancial auxílio em caminhões, câmaras aéreas, instrumentos geodésicos, topográficos e de restituição, torres Bilby e ainda uma série inumerável de materiais indispensáveis de campo e de gabinete.

O Observatório Nacional vem sendo assistido regularmente em materiais necessários aos trabalhos magnéticos e gravimétricos, instrumentos estes de alto custo, dada a sua complexa construção.

As Diretorias de Hidrografia e de Rotas Aéreas são as que menor auxílio recebem devido seus trabalhos técnicos serem de execução específica, e mesmo porque possuem verbas mais substanciais que as restantes organizações nacionais.

Ao Departamento de Portos, Rios e Canais cabe a utilização e manutenção dos marégrafos espalhados pelo litoral brasileiro, cedidos pelo IAGS.

O IAGS fornece regularmente publicações técnicas de assuntos cartográficos, aos órgãos nacionais e Escolas especializadas em Cartografia.

Quer trabalhando nos desertos do México, nas escarpas e ilhas da América Central, nas geleiras da Cordilheira dos Andes, ou nas florestas amazônicas, o Inter American Geodetic Survey vem pontificando e colaborando no atendimento da demanda de bons mapas, que orientem os países subdesenvolvidos nos planejamentos de seu desenvolvimento econômico, nos projetos de estradas de ferro e de rodagem e hidrelétricos, na extração de minerais, nos planos da segurança nacional e de reforma agrária.

MANGANÊS DO AMAPÁ

Marechal FERNANDO TÁVORA

A convite e em companhia do Dr. Fernando Viriato de Miranda Carvalho — Diretor-Comercial da ICOMI (Indústria e Comércio de Minérios S/A) — visitamos, em fins de maio pp, as concessões desta empresa, no Território Federal do Amapá.

Em 4 artigos curtos (1), cremos poder informar o público, o milagre dumha realização particular, em que se deram as mãos o patriotismo e clarividência nacionais, com a experiência e os recursos de país mais adiantado.

I — GENERALIDADES

O manganês é um metal relativamente escasso na Natureza, possuindo o Brasil, felizmente, o necessário para o seu consumo e mesmo exportação controlada.

É uma espécie de tempôro para o aço, em cuja preparação entra na proporção de 3 a 4%. Trata-se, portanto, de elemento substancial para a siderurgia, indústria básica do progresso de nossos dias.

A ocorrência de manganês no Amapá foi verificada em 1934, por técnico do Departamento Nacional da Produção Mineral. Mas só em 1945 o caboclo Mario Cruz — canoeiro do Amapari, — entregou amostras e indicou a jazida de Serra do Navio, ao então Major Janari Nunes, Governador do Território, que as fêz analisar na espécie e confirmar na procedência.

Em 1945 o Govérno do Marechal Dutra — “Declarou reserva nacional as jazidas descobertas e determinou o seu estudo e aproveitamento, por intermédio do Govérno do Território Federal do Amapá e sob a orientação do Conselho Nacional de Minas e Metalurgia”.

Em fins de 1947 vencia a concorrência para a exploração correlata a empréesa “Indústria e Comércio de Minérios S/A” (ICOMI), com sede em Belo Horizonte (Minas Gerais).

Trata-se de uma organização nacional, veterana e especializada no comércio de minérios. Preside-a o Dr. Augusto T. de Azevedo Antunes, que desta feita e por precisar de colaboração técnica e financeira, estrangeiras, associou-se com uma das maiores companhias norte-ame-

(1) Nota da Redação — Os 4 artigos referidos pelo autor estão neste reunidos.

ricanas de aço; que, por isto mesmo, se constitui seu maior freguês para o manganês exportado.

A proporção dos capitais nacional e estrangeiro é de 52 para 48.

Os empeços burocráticos, os trabalhos de pesquisas e a construção duraram 9 anos, entrando a mina em regime de produção, em 5 de janeiro de 1957.

O capital estrangeiro inicialmente afiançado pelo Banco de Exportação e Importação, de Washington, foi de 67 milhões de dólares, dos quais sómente 50 milhões foram gastos até a inauguração dos serviços essenciais; estimando-se em mais de 5 milhões as obras complementares.

As concessões da ICOMI no Amapá são as seguintes:

- a) a mina de Serra do Navio (interior);
- b) o pôrto de minério de Santana (no canal norte do Rio Amazonas);
- c) a ferrovia industrial, de aproximadamente 200 km que os liga.

A duração do contrato é de 50 anos, ao fim dos quais tódas as instalações e riquezas subsistentes reverterão ao Governo, isto é, à comunidade brasileira.

Dois tributos cobra a Fazenda à concessionária, sempre sobre o valor venal do minério:

- a) na extração (segundo o Código de Minas) e sem limite de quantidade — 8% — sendo 5% para o município de Macapá, em cuja jurisdição administrativa fica a área explorada e 3% da União;
- b) na exportação (pelos termos do Contrato) — 5% até 500.000 toneladas e 10% sobre o excedente por ano.

A exação fiscal está a cargo da Mesa de Renda de Macapá, capital do Território. O sistema de pesagens automáticas do minério — na mina e no pôrto — simplifica a fiscalização fazendária. Só por esta achega tributária recebe a Comuna uns 200 milhões de cruzeiros, anualmente. Uma verdadeira subvenção!

Cerca de 4 mil pessoas trabalham ou dependem da ICOMI — naquelas regiões anteriormente inabitadas senão inabitáveis. Eis a distribuição aproximada das populações:

- a) em Serra do Navio — 2.200 pessoas;
- b) no Pôrto de Santana — 1.500 pessoas;
- c) ao longo da Ferrovia — 300 pessoas.

A instalação, a manutenção e a vida de relação dessa gente — foram ou são problemas dependentes total e exclusivamente da empresa, — “desde a água de beber, à casa para morar, o clube de recreação, —

até os gêneros alimentícios, artigos de toalete, meios de transporte e assistência médico-sanitária".

Releva notar que os estrangeiros (técnicos e auxiliares altamente especializados) apenas figuram com 2% dessa comunidade industrial.

Os nacionais se repartem da seguinte maneira:

- a) amapaenses e paraenses (em partes sensivelmente iguais) — 86%;
- b) nordestinos — 8% e
- c) outras regiões do País — 6%.

Todos os serviços públicos, portanto, foram instalados e são operados pela ICOMI: água, eletricidade, esgôto, telecomunicações e transportes de pequeno e longo curso (rodo e ferroviário).

Só as instalações do pessoal (2 cidades e vários povoados senão vilas) foram orçadas em 300 milhões de cruzeiros, dos quais as Unidades de Saúde (construções e equipamentos) absorveram algo mais de 53 milhões.

Em compensação — segundo tese apresentada ao III Congresso de Hospitais em 1961, na cidade de São Paulo, — a coletividade de Serra do Navio (a maior e mais distanciada dos centros civilizados, engastada em plena hiléia) apresentou o maior índice de natalidade e o menor de mortalidade, por 1.000 habitantes do Brasil...

Também não é para menos. A Divisão de Saúde da ICOMI consta de 5 Departamentos Assistenciais (Saneamento, Medicina, Odontologia, Enfermagem e Nutrição) com instalações para os serviços de pronto socorro, hospitalares e de saúde pública, que funcionam completamente entrosados — "porquanto (são) operados pela mesma equipe".

O quadro geral da Divisão de Saúde da empresa — consta de 103 empregados — entre os quais 8 médicos, 2 dentistas, 9 enfermeiros e outros tantos Auxiliares de Enfermagem, 4 Laboratoristas, 2 Inspetores Sanitários e 1 Técnico de Raios X.

Portanto — "os índices de médico e enfermeira por população assistida — são os mais favoráveis existentes no mundo"; respectivamente 1 para 500 e 1 para 445.

II — SANTANA: VITÓRIA-RÉGIA DA ORILHA AMAZÔNICA

É o embarcadouro de minério da concessionária. Será o pôrto principal do Território, e, quiçá, o melhor fluvial e o mais moderno do Brasil. Por ora funciona sob regime de trapiche particular...

Permite o acesso e a operação de navios até 20.000 toneladas, em águas mínimas. O topônimo foi uma extensão do nome antigo duma grande ilha fronteira do canal norte do Rio Amazonas.

Situada na margem continental deste Canal, — a uns 5 km a jusante da embocadura do Rio Matapi e a uns 10 km, ao Sul do Equador geográfico, — fica Santana a 180 km do mar e a 20, de Macapá (capital

do Território), no sentido das águas. Nos primeiros contatos com esta região, os pioneiros da ICOMI disputaram-na às onças!

Entre a capital e o pôrto, a uns 15 km dêste e para jusante — fica o Aeroporto de Macapá, — distante uns 7 km daquela. Suas pistas permitem operação de aeronaves até o tipo DC-3. Embora projetado pela Diretoria de Aeronáutica Civil (Fôrça Aérea Brasileira) — foi construído em brevíssimo tempo e a preço de custo, — pela ICOMI, com a poderosíssima maquinaria destinada à construção da Estrada de Ferro do Amapá (concessão, também, da emprêsa).

A concessão local é de 129 Ha, formando uma poligonal irregular, que abrange a vila portuária (onde preponderam as instalações industriais), e, a jusante, a Vila Amazonas (na qual sobreleva a parte residencial); ligadas por ótima litovia (duas pistas) de 2 km, destinada a se transformar numa avenida ou alamedá (futuro), cujo passeio central é utilizado pelas linhas de fôrça e luz. As duas comunidades constituirão, no porvir, uma cidade só, para a qual auguramos o topônimo Amazonas, simplesmente.

E, com o correr dos tempos — talvez venha a rivalizar senão exceder, — a Belém do Pará, a umas três centenas de quilômetros ao Sul, na outra margem (direita) do Rio Mar...

Foi sómente em 1953 que — “o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais e o Ministério da Marinha, — autorizaram a ICOMI a construir um embarcadouro de minério, sob regime de trapiche, à margem esquerda do Rio Amazonas, em frente à Ilha de Santana”.

Navios Hidrográficos da Armada, a pedido da emprêsa, fizeram o levantamento e balizamento daquela aquavia, que, assim, sem-o dispêndio iterativo de dragagem nem o tormento da praticagem, dá entrada e encostamento a navios de alto bordo, como já foi dito.

Ao demais, ficou demonstrado por êste notável e utilíssimo trabalho do Ministério da Marinha, que o talvegue do Amazonas passa ao N e não ao S da Ilha de Marajó, que biparte aquèle caudal em sua larguissima foz. Isto contraria ao que vinhamos supondo e singrando, desde o descobrimento e a colonização do País!

As instalações da zona portuária enquadram e defendem o trapiche e o terminal ferroviário, para o embarque de manganês. São construções preponderantemente de serviço (Usina, Frigorífico, Oficinas, Depósitos, Tanques, etc.). Também há residências, Alojamentos, Restaurantes, etc. Em conjunto: cerca de 100 construções da ICOMI... E um Armazém do Governo local (em frente à área do projetado Cais do Território).

As edificações mais próximas da linha d'água (Casa de Fôrça, Correia Transportadora, etc...) — constituindo talvez a metade do conjunto portuário —, ficam isolados dos transeuntes comuns (aramados), com portões controlados. Entre os dois grupamentos de construções e como para distanciá-los ou diferenciá-los, fica o triângulo de reversão do terminal ferroviário de Santana.

O trapiche da ICOMI foi começado com um "pier" fixo e completado com o cais flutuante para o minério. Aquelle é construído sobre estacas metálicas, encimadas por uma plataforma de concreto de aproximadamente 83 m de comprimento por 17 m de largura. Destina-se à movimentação de mercadorias e equipamentos. Possui um possante guindaste para 65 toneladas e acessos aos meios de transporte rodo e ferroviários.

O cais de minério também recebe os carburantes, que dali são bombeados, através de oleodutos, para os tanques do Parque de Combustíveis. Atualmente (o cais flutuante) — "é único no gênero em todo o mundo". A parte acostável é de cerca de 250 m, com 10 m de calado em águas mínimas (na bacia de evolução como no canal de acesso).

O carregamento — "é feito por intermédio de correias transportadoras, divididas em 4 seções e com a extensão total de 46 m. A capacidade de transporte do sistema é de 2 mil toneladas por hora".

O descarregamento dos trens de minério na esplanada do pôrto — é feito mecânicamente, de 2 em 2 vagões —, num fôsso adrede feito sob a linha de chegada, de onde o manganês passa, pelo sistema de correias transportadoras — quer para o navio (se atracado) —, quer para o empilhamento, dum lado e doutro do sistema transportador.

Quando o minério provém das pilhas supra citadas — "2 grandes escavadeiras elétricas, de 5 jardas cúbicas cada uma" —, devolvem-no ao sistema transportador, para o carregamento normal do barco.

A jusante de Santana e distante 2 km — fica a Vila Amazonas com 313 edifícios —, numa situação magnífica, com vistas, também, sobre o Canal Norte. Ao contrário da comunidade portuária, predominam aqui as unidades residenciais ou simplesmente sociais. A área urbanizada tem o formato aproximado dum X — quedando a Leste a vila administrativa, a Oeste a vila operária e ao Sul, os Centros de Saúde e Cívico, e a praça de esportes.

A Unidade de Saúde, abrange e atende às duas comunidades vizinhas — custou aproximadamente 11 milhões de cruzeiros (construções e equipamentos) e foi construída entre fevereiro e dezembro de 1959.

Segundo informes da Divisão de Saúde da ICOMI — "a planta desta Unidade (Santana) se compõe em 3 áreas distintas, funcionalmente articuladas:

- a) Centro de Saúde (a principal);
- b) Enfermaria de Emergência com Centro cirúrgico-obstétrico;
- c) Administração".

A Enfermaria de Emergência é — "constituída de 4 quartos de 2 leitos cada um, servidos por pequeno Centro cirúrgico-obstétrico e Sala de pronto socorro, além do Centro de esterilização e material".

Os serviços de utilidade pública — ou abrangem toda a concessão e mesmo os escritórios longínquos da Companhia (comunicações) —,

ou englobam as necessidades de ambas as vilas (água e esgoto, luz e força, transporte rodoviário).

As telecomunicações (radiofonia) constituem, naquelas brenhas, uma maravilha. De fato, poder-se ligar, a viva voz, Serra do Navio ou uma litorina da Estrada de Ferro do Amapá, em plena hiléia, com a sede da ICOMI (Belo Horizonte), mesmo através de várias translações — constitui para aquela gente, um milagre —, comparável ao do "telstar", com que a astronáutica estadunidense acaba de pasmar o velho e o novo mundo...

As torres da rede radiofônica da empresa (comprimento de onda privativo, distribuído pela Comissão Técnica de Rádio) estão em Serra do Navio, Santana, Belém, Rio e Belo Horizonte. Além das Estações fixas, há veículos rodo e ferroviários com instalações conjugadas, que lhes permitem dar informações ou expedir ordens, no sistema de comunicação citado.

A captação de água foi a princípio feita de poços, mas seu gôsto ferruginoso levou a empresa a fazê-la diretamente do rio. Após tratamento e elevação para a torre metálica (Reservatório com 94.500 litros de capacidade) — é distribuída para as serventias industriais e domiciliares, das 2 vilas que atendem ao Pôrto.

Luz e Fôrça são fornecidos por uma usina diesel, com 3 grupos geradores, de 600 kw cada um. Normalmente uma das unidades fica de reserva.

O Parque de Carburantes compreende um tanque para óleo diesel, com capacidade de 3 milhões e duzentos mil litros e outro para gasolina, com capacidade para 800 mil litros.

O Serviço de Saúde mantém um Pôsto Médico para assistência, na vila portuária e daí — um Pôsto de Bombeiros (sobre viatura automóvel) atende ao serviço correlato — nos povoados próximos (2 km) e ligados por fonia.

Santana já constitui uma Paróquia, com Vigário provido pela Cúria de Macapá, hoje sede do Bispado (foi antes uma Prelazia); Enquanto se edifica a Igreja, com substancial ajuda da ICOMI e fora de sua concessão, os ofícios religiosos (aliás, de qualquer credo) são celebrados no cinema da Vila Amazonas, em horário compatível com a finalidade principal do imóvel.

Enfim, a Companhia proporciona transporte automóvel ao Sacerdote em suas viagens periódicas a Macapá, e, diariamente aos seus empregados ou operários que preferiram continuar morando na Capital do Território ou a caminho. O que dissemos a respeito dos católicos, se observa no tocante às demais confissões cristãs (protestantes e judeus). Como a República e por bem servi-la, a ICOMI é leiga.

Enfim, Santana é uma autêntica vitória-régia, que a ciência e a técnica hodiernas conseguiram firmar e afirmar, — nas margens funígeis do Rio Mar...

III — SERRA DO NAVIO: ORQUÍDEA NA HILÉIA

É a região das jazidas de manganês do Amapá, situada em plena selva, a uns duzentos quilômetros de Macapá, capital do Território e a 4 horas do pôrto de Santana, por trem, que é a única condução em funcionamento regular.

Paragem tipicamente equatorial, a um grau de latitude N e onde — “na maior parte do tempo a oscilação habitual (da temperatura) é entre 22 graus (às 7 horas) e 30 graus (às 16 horas). A umidade é muito elevada, oscilando em torno de 85 a 90 por cento”.

O lugar fica a 121 m acima do nível do mar (altitude do terminal ferroviário) e a Serra do Navio talvez se eleve outro tanto, sobre o terreno circunjacente. E se alonga como corda duma curva suave do Rio Amapari (margem esquerda) — de SE para NO, onde ultrapassa o rio um pouco. Neste trecho apresenta o curso d’água várias ilhas e o “Pôrto Teresinha” (utilizado no início da exploração e ainda útil).

Uma poligonal irregular de treze lados inscreve os afloramentos manganíferos da concessão local da ICOMI, com uma área de 2.500 ha e o formato duma enxó.

Se nos pródromos dos trabalhos da emprêsa — pôde sua gente caçar onça na zona do pôrto atual (Santana) — não será exagero supor que, então, na região da mina (Serra do Navio) — até as onças tinham medo de caçar...

As instalações de Serra do Navio abriram uma clareira de 3 km de diâmetro na mata virgem. E tamanho serviço foi tão bem feito, que, visto agora, com os núcleos residenciais e industriais, dá a impressão dum achado...

O minério de manganês não forma uma massa contínua como sói acontecer com o ferro (pico de Cauê: Itabira); nem a natureza, que nos prodigalizou um “quadrilátero ferrífero” — pôde, sequer, nos favorecer com um triângulo manganífero...

A jazida é formada por blocos de toneladas de peso, quer isolados, quer justapostos — engastados ou enterrados na mencionada elevação, — dando a impressão de quistos ou lobinhos de relevo, ou extrusões da Terra.

A pesquisa dessas jazidas — diz a ICOMI, — “foi uma das mais completas no gênero, já realizadas no Brasil”. A área da concessão foi regularmente levantada e demarcada e — “as sondagens geológicas feitas com brocas de diamante, — atingiram 195 perfurações, totalizando 10.108 m. A cubação do manganês foi acompanhada de meticulosa análise química das amostras obtidas nas perfurações, trincheiras e galerias”.

O minério de Serra do Navio apresenta as seguintes análises típicas (arredondando para um a fração meio ou maior):

- a) de alto teor — 58% de manganês;
- b) tipo exportação — 47% de manganês;
- c) de baixo teor — 34% de manganês.

O primeiro contrato para o aproveitamento desse minério — foi celebrado em 6-XII-947 —, entre o Governo do Território e a ICOMI. Mas o contrato vigente data de 6 de junho de 1950 e resultou da revisão daquele, autorizada senão determinada pelo Governo Federal. Este instrumento já foi ratificado pela Lei n. 1.235, de 14-XI-950 e registrado pelo Tribunal de Contas da União, em 19 de janeiro de 1951.

Esse contrato estabelece para a concessionária — “a obrigação de executar extensos estudos, com o fim de determinar a qualidade e quantidade de minério existente nas jazidas descobertas e a possibilidade de seu aproveitamento”.

Antes, porém, de levar avante seu empreendimento no Amapá — a ICOMI, por amplos estudos e ensaios — já se certificara da existência dum mínimo de 10 milhões de toneladas de minério comerciável. E as pesquisas meticulosas que se seguiram — têm comprovado a existência de 16 milhões de toneladas de minério de teor superior a 46% de manganês. E mais — “uma estimativa conservadora permite admitir que essas reservas possam atingir 30 milhões de toneladas, econômicamente aproveitáveis”.

A mina de Serra do Navio é explorada a céu aberto, isto é, partindo da superfície natural do solo, que se rebaixa por desmontes sucessivos, a que se adapta o sistema de transporte correlato.

O aparelhamento e as instalações da mina — “permitem a produção e o tratamento de até 4 mil toneladas de minério por dia”. E as operações de extração — “são efetuadas com auxílio de perfuratrizes pneumáticas, escavadeiras e tratores. O transporte do minério das frentes de trabalho para o britador primário é efetuado com caminhões de 22 toneladas de capacidade”.

O esquema das instalações da mina de Serra do Navio — da jazida à ponta dos trilhos (embarque) —, apresenta operações ou serviços, na ordem seguinte: 1) perfuração (mecânica); 2) desmônte (com explosivo); 3) remoção (escavadeira e caminhões); 4) britador primário (aí começa o sistema das sete esteiras transportadoras de minério, dentro do conjunto); 5) peneiras do primário; 6) britador secundário; 7) lavador; 8) peneiras do secundário; 9) classificador (selecionador de finos); 10) silo para minério miúdo (500 tons) e tanque de floculações (recuperação d’água e moinha que vai para um silo de 100 tons ou empilhamento). Outrossim, das peneiras (primárias e secundárias) o minério graúdo vai para 2 silos de 550 toneladas cada um (carga normal dum trem de minério, que passa por sob êles). Também do classificador há um conduto para o tanque de floculações, onde opera um recuperador de água tipo “Dorr”.

As instalações industriais compreendem ainda edifícios diversos: Escritórios, Oficina mecânica (com 1.671 m² de área coberta e arcabouço metálico), Laboratório de análises, Almoxarifado geral (com 850 m² de área coberta e arcabouço metálico), Carpintaria completa, Pôrto de lubrificação e Depósitos (de dinamite, tintas e lubrificantes).

O centro urbano de Serra do Navio fica mais próximo da área industrial (mina), do que a Vila Amazonas do pôrto de Santana (2 km). Aliás, o urbanismo de ambas as comunidades — após cuidadoso e prolongado estudo, aqui e no estrangeiro —, foi projetado e executado por arquiteto e engenheiro, de renomes nacionais.

Serra do Navio é a concentração urbana de maior importância, nas concessões da ICOMI, na Amazônia (2.200 pessoas).

Por situação e pela finalidade — seu planejamento visou a dar — “completa independência e auto-suficiência à vila, que será o núcleo de uma pequena cidade, com todo o conforto moderno — dispondo de rede de abastecimento de água, rede de esgotos com estação de tratamento, iluminação pública e domiciliar, de casas para operários, empregados categorizados e chefes de serviço, mercados, lojas, restaurantes coletivos, escolas, igrejas, hospitais, edifícios destinados a serviços públicos (Polícia, Juizado de Paz”, etc.).

A Unidade de Saúde da Serra do Navio — é o que se convencionou chamar —, “unidade sanitária integrada” (em que pese ser — “a saúde tão indivisível quanto o homem”).

Compõem-na seis áreas funcionalmente articuladas, mas fisicamente distintas:

- 1 — Centro de Saúde;
- 2 — Administração;
- 3 — Serviços Auxiliares;
- 4 — Centro cirúrgico-obstétrico;
- 5 — Unidades de Enfermagem;
- 6 — Serviços Gerais.

A Unidade de Enfermagem do Hospital conta com 30 leitos — em quartos de 2 e 4 camas, e 2 berçários (para sadios e suspeitos). Os doentes servem-se de instalações sanitárias geminadas, em quartos contíguos. Ar condicionado por peça.

O Centro Cirúrgico conta com duas salas de operação e uma de parto — “dotadas de equipamento moderno da melhor qualidade, inclusive central de oxigênio e central de ar condicionado”.

Outrossim, utilizando-se das facilidades e dos equipamentos do Hospital — “o Centro de Saúde (de Serra do Navio) conta com 3 consultórios médicos, 1 gabinete dentário e 1 sala de demonstração e orientação para a Enfermagem de Saúde Pública”.

Por seus grupos etários — a população de Serra do Navio — é muito jovem. Em parte devido à curta duração da vida média do brasileiro (figurou, por muito tempo, nas estatísticas internacionais, com 43 anos); mas, principalmente, pela ocorrência dos fatores seguintes:

- a) a grande maioria da “fôrça de trabalho” (população essencialmente industrial) está no grupo de 20 a 29 anos;
- b) alto coeficiente de natalidade (59 por mil);
- c) baixos coeficientes de mortalidade geral e infantil (3,8 e 30,4 por mil, respectivamente).

Acrescenta o Serviço de Saúde da ICOMI que — “44% da população tem menos de 15 anos e 23%, menos de 5 anos”. “Daí se infere a 1^a conclusão prática” — o Médico pediatra e a Enfermeira de saúde pública —, são os técnicos que um Serviço de Saúde para indústria dêste tipo, mais necessita.

Em Serra do Navio existem dois sistemas de captação de água. Para os usos industriais (lavagem do minério, etc.) — há recalque direto das águas do Rio Amapari (motobomba), que passa perto e com pequeno desnível. A água é inicialmente acumulada num açude construído na ilharga do atérro em que o minério passa dos caminhões para as instalações de tratamento, onde o líquido chega já por gravidade. E possivelmente do tanque de floculações, de que já falamos atrás — um bombeamento secundário retornará grande parte da água (após decantação) à sobredita represa.

Para o suprimento humano — a água é primeiramente represada num afluente do Amapari, a montante da vila. Daí vem por gravidade para a estação de tratamento (ao cloro), reservatórios e distribuições urbanas.

Uma Usina Diesel (3 grupos geradores de 800 kw cada um) atende às necessidades industriais e às demandas urbanas de força e luz.

A vila de Serra do Navio tem a forma geral dum L. Na base ficam a “Vila Operária” e o Serviço de Saúde, tendo de percurso o Centro Cívico; ao centro se espalha a “área de esportes”; e na ponta, finalmente, se localiza a “vila administrativa”. As praças e ruas, e os caminhos — formam um sistema de circulação — completo e perfeito.

A comunidade de Serra do Navio — “é constituída de 334 residências, 2 clubes sociais com piscinas, campos de esporte, supermercado, cinema, etc.”. Neste — enquanto não se aprontam os edifícios para os serviços religiosos (aqui como em Santana — substancialmente ajudados pela ICOMI), — o Sacerdote, Pastor ou Rabino realiza, em horário conveniente e periodicamente seu ofício naquela ampla instalação coletiva. De resto, nas Bases americanas da II Conflagração, conforme podemos ver, havia um só templo para todos os credos, com horário e oficiante próprios, já se vê.

Possui Serra do Navio — “uma excelente Escola Primária, organizada e dirigida por professores de reconhecida competência”. Difíamos melhor — Grupo Escolar, porque comporta todos os graus daquele ensino — ministrados num ambiente pedagógico e agradável.

No início da jornada escolar, em frente do pavilhão principal da Escola (Porque são vários edifícios ligados por varandas cobertas e separados por jardins e “play-grounds”) — é o Pavilhão Nacional içado pela Diretora ou pessoa grada presente e a seu convite, — enquanto os Corpos docente e discente, formados na varanda contígua, cantam o Hino Nacional; e os escoteiros locais (também escolares), vis-à-vis da primeira formatura e do lado oposto do mastro, prestam a continência de praxe. É um espetáculo educativo, comovente, patriótico!

Serra do Navio, em suma — é uma orquídea da civilização moderna, — plantada e cultivada pela ICOMI, no meio da mata virgem!

IV — ESTRADA DE FERRO DO AMAPÁ: CORDÃO UMBILICAL DAS CONCESSÕES

A concessão da ferrovia é acessória da exploração das jazidas de manganês. Tem o prazo de 50 anos — “findo o qual, — o acervo reverterá à Patrimônio da União”.

O contrato respectivo foi preparado pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, cujos titulares, diga-se de passagem, até hoje, não apareceram ali. Foi aprovado por Decreto Federal a 20 de março de 1953 e assinado pelas partes contratantes, a 28 seguinte.

Foi objeto da concessão — “a construção e exploração de uma estrada de ferro industrial, destinada principalmente ao transporte de minério da Serra do Navio, para o pôrto de Macapá” (ficou 20 km à montante, em Santana, como vimos anteriormente).

Entretanto — “essa concessão tem também caráter de serviço público, devendo a ICOMI reservar ao tráfego público — uma capacidade de transporte de carga até 200 mil toneladas por ano, além do transporte de passageiros”.

Segundo informes da Companhia — desde a inauguração dos serviços (5-I-957) — “estão correndo diariamente trens com esta finalidade”.

Em que pese figurarem no contrato exigências mínimas para a construção do caminho de ferro — “as obras, entretanto, foram executadas em melhores condições técnicas do que as especificadas”.

O desenvolvimento geral da ferrovia tem a forma de um S, de curvaturas suaves e o rumo de SE para NO. Passa da bacia do Amazonas e do seu afluente Matapi (curvatura com a concavidade para o S) à do Araguari e do seu afluente Amapari (curvatura com a concavidade para o N), este já da vertente do Oceano Atlântico.

A mudança de curvatura do traçado se opera ao longo do divisor de água das mencionadas bacias hidrográficas, que ocorre aproximadamente na parte média da estrada.

A linha é simples e a tração, diesel elétrica. O eixo ferroviário tem o comprimento de 193 km 594 m. Há mais 2 km 832 m de linhas para os pátios de manobra (mina e pôrto) e desvios intermediários (cruzamento das composições que trafegam em sentido contrário).

A bitola é “standard” (universal) ou seja de 1 m 435 (igual a dos Bondes da Light). Também é o único caminho de ferro brasileiro ao N do Rio Mar; sem ligação possível ou plausível com as ferrovias de bitola métrica, pré-existentes na margem S (Estado do Pará).

Por outro lado, os países e colônias que limitam nossa Amazônia ao N, adotam a bitola universal.

Entre as pontas dos trilhos, isto é, do pátio de embarque do minério no pôrto de Santana ao sopé da mina de Serra do Navio (desvio para carregamento dos vagões) — há uma diferença de altitude de 113 m (desnível geral).

Do km 0 (Pôrto de Santana) ao km 110 (Pôrto Platon, à margem direita do Araguari) — a estrada de ferro atravessa campo de cerrado, de pouco relêvo e solo laterítico. Desta última paragem à Serra do Navio (km 194) — a ferrovia mergulha na hiléia, quase tangenciando, pela margem direita, o Amapari em suas numerosas curvas, para afinal atravessá-lo no km 180 e acompanhá-lo, nas mesmas condições, pela margem esquerda, até a mina (Serra do Navio). Solo menos favorável à terraplenagem (argila) e requerendo freqüentes aterros e obras de arte.

Durante a construção da estrada foram deslocados 3 milhões de metros cúbicos de terra e se armaram 7 acampamentos, hoje transformados em núcleos populacionais, mais ou menos importantes.

Para se ter uma idéia da moderníssima técnica de construção adotada neste empreendimento — basta dizer que sobre a plataforma preparada — o assentamento dos trilhos avançava à razão de 2 km 600 m por dia (aparelhamento ferroviário semi-automático, para o lançamento e primeira fixação dos trilhos). Operação similar só havíamos assistido em 1946, na Estrada de Ferro Topeka — Santa Fé, no Oeste dos EUA (aliás com a substituição de trilhos velhos por novos).

Eis algumas particularidades desta linha férrea (características técnicas):

- a) raio mínimo de curva — 382 m;
- b) maior tangente — 6 km 436 m;
- c) trechos em reta e em curva respectivamente — 86% e 14%;
- d) número de curvas em espiral e circulares — 75 e 23, respectivamente;
- e) rampas máximas no sentido exportação e da importação — 0,35 e 1,5%, correspondentemente;
- f) número de dormentes por km — 1.765;
- g) obras de arte — 5 pontes com 453 m e 278 bueiros com 7.670 m;
- h) passagens inferiores — 2 de 11 m, sob a BR-15, que acompanha a ferrovia até a orla da mata virgem (km 110).

Os trilhos são também "standard" e comportam a carga e o tráfego próprios da bitola universal. Os dormentes têm 2 m 60 x 0 m 23 e toda a linha empregou 468.679 dormentes, entalados em lastro.

Todo material de tração e rodante tem rolamentos nos eixos, diminuindo consideravelmente o atrito nos deslocamentos. *Ipso facto*, nesta ferrovia a mesma força puxa maior carga ou imprime maior velocidade nas composições. Sem falar no desgaste e cuidado que o sistema de graxeira impõe ao tráfego dos trens.

Eis o rol do material de tração da E.F.A.:

- a) 3 locomotivas diesel elétricas (mod. 1.200 SW);
- b) 1 litorina para inspeção da linha (acomoda 12 pessoas);
- c) 1 "Jordan Spreader" — para espalhar lastro e fazer ou refazer valetas.

E o material rodante é o seguinte:

- a) 80 vagões de aço (hooper) para transporte de minério, com 70 tons. de capacidade;
- b) 2 vagões fechados para mercadorias;
- c) 2 vagões de passageiros e bagagem;
- d) 2 vagões basculantes (laterais) para transporte de material a granel (areia, saibo, etc.);
- e) 10 vagões para lastro;
- f) 12 pranchas;
- g) 2 vagões tanques com capacidade de 46.000 litros cada um.

A oficina ferroviária fica na zona portuária (Santana), porém a mais importante para os meios de transporte rodoviários está na região da mina (Serra do Navio).

O tráfego normal da ferrovia é de 2 trens de minério (de 1.000 toneladas de carga útil cada um) por dia. A composição normal é de 40 vagões de carga (minério) e 1 de passageiros. Isto assegura à ICOMI 600 a 700 mil toneladas de manganês para exportação num ano. Entretanto, esta cifra pode chegar a 1 milhão de toneladas exportáveis; porque as instalações da mina permitem extrair e beneficiar, o aparelhamento ferroviário está em condições de fazer o transporte, utilizando mais intensa e extensivamente o material existente.

Independente desta rotina diária — uma vez por semana um trem "parador" recolhe e leva ao pôsto a produção vendável dos habitantes vizinhos ou próximos da linha férrea, — ao passo que um trole fá-lo em sentido inverso (para a mina). Obviamente estas conduções de volta, fazem ou trazem as provisões dos moradores marginais.

Dada a extensão das linhas (mais de 200 km) — a Companhia resolveu transformar 2 plataformas importadas, — em "Casa de Turma" móvel. Nela há de tudo, do alojamento coletivo à cozinha. Seria anti-econômico senão impossível à empresa garantir o mesmo conforto e segurança em muitas instalações fixas, ao longo da via, máxime dentro da mata.

E dado o sistema de comunicações (radiofonia) da ICOMI em suas concessões — o tal "ferrohotel" (como já existe alhures o "motel", embora fixo) — pode se deslocar e quedar em qualquer desvio, para atender *in loco* ou proximidades, ao serviço necessário.

A respeito dos dormentes convém frisar que a emprêsa utilizou inicialmente as várias madeiras de lei da Amazônia, dada a urgencia da construção dessa via de transporte. Mas, nem decorrido um lustro da inauguração dos serviços, já a Companhia teve de substituir (e o vem realizando com rapidez) mais de 60 por cento dêles.

Apenas 3 essências florestais se revelaram capazes de resistir às injúrias do tempo equatorial (sol e chuva alternados e continuados). Outrossim, a ICOMI está experimentando, a título de ensaio — afogar os dormentes com um super lastro, que é o "Spreader" — realiza com rapidez e perfeição.

Defendida da ação direta do sol e da chuva — a madeira talvez se comporte melhor — como acontece com algumas sob a água.

Era de esperar fôsse o esfôrço pioneiro e particular da ICOMI — completado pela União e pelo Território — no tocante ao povoamento, agricultura e pecuária, naqueles cento e tantos quilômetros de campos e nas várias clareiras abertas na hiléia, que seriam alargadas.

Porque nordestinos nunca faltam para qualquer migração dentro de nossos lindes e nas grandes capitais já não há engenho nem recursos capazes de acomodar humanamente os favelados.

Daí haver a emprêsa obtido a concessão duma gleba de 910 mil hectares — mais ou menos a meia distância entre o pôrto e a mina. É a fazenda "Campo Verde", já de mata adentro e a 12 quilômetros de Pôrto Platon, por boa rodovia de chão batido. Um Técnico Agrícola — trazido e custeado pela emprêsa — dirige a faina rurícola com entusiasmo e proficiência. Estão em pleno desenvolvimento a fruticultura e horticultura (inclusive instalações especiais para a cultura hidropônica). Também há programa para o cultivo de cereais. E instalações modernas e múltiplas para aviário e pocilga, estavam quase prontas. Há na Fazenda água corrente perene e irrigação a motobomba e canalizações extensas.

Por fim, sendo propósito da ICOMI montar uma Usina Metalúrgica — vinculada ou à margem das concessões do manganês — projeta fazer na Fazenda uma Estação Experimental da cultura do Dendê, cujo azeite já estamos importando para os misteres da siderurgia, embora nos sobre como tempéro culinário...

E se os nossos governantes (como até agora) continuarem alheios à realidade criada no Amapá — pela exploração de seu manganês — é fora de dúvida que ao expirar o prazo (meio século) de suas concessões — a ICOMI seja ainda a maior freguesa dos serviços que auspiciosamente inaugurava a 5 de janeiro de 1957!

CHINA — POVO ESCRAVIZADO

Tradução de artigo publicado no "Manual de Informaciones", n. 6, vol III de 1961 da República Argentina.

Maj ALUIZIO DE UZEDA,
Oficial de EM

O que mais impressiona a qualquer pessoa que visita a China Comunista é a gigantesca transformação que está sofrendo o país inteiro.

Ninguém tem a oportunidade de estar só ou pensar independentemente na China Continental. O povo chinês está constantemente se organizando em grupos, dirigidos em determinada direção e sujeitos a constante fiscalização das hierarquias paralelas do Partido Comunista. Desta maneira os operários, os camponeses e empregados passam uma hora por dia recebendo doutrinamento político, geralmente das seis às sete da manhã. Das sete às oito, milhões de chineses fazem exercícios físicos no meio das ruas, de acordo com instruções ouvidas de alto-falantes. Os operários marcham com cadência marcial para suas fábricas e as crianças da mesma forma, para as escolas. O rádio, os jornais, os alto-falantes em todas as esquinas, nos jardins públicos, nos hotéis, inscrições em todo espaço livre dos muros; tudo faz recordar as massas de chineses que estão em "estado de guerra".

A toda classe de atividade se faz chamar de "guerra". Todo indivíduo ou toda mulher chinesa são considerados como "soldados". Ouve-se falar em "guerra industrial" e "guerra agrícola". Os camponeses se organizam em milícias. Os meninos estão organizados em "brigadas". Os operários são "soldados industriais". Há um "exército para cuidar da água", um "exército das ferrovias" e assim por diante.

Em todas as partes vemos cartazes com letreiros que classificam rigorosamente os operários em categorias, de acordo com o rendimento de suas produções. Há operários equiparados a "sputniks", a "avião a jato", a um boi, ou a um caracol.

Pelo rádio e pela imprensa se faz ressaltar com ênfase estas distinções. As categorias inferiores são objeto de vergonha e motivo de escárnio. A propaganda comunista chinesa insiste enfaticamente em mostrar ou fazer crer na "satisfação em trabalhar" nas granjas coletivas e comunas populares, onde à falta de meios adequados, obriga-se o povo a realizar tarefas que comumente seriam entregues a muares ou tratores agrícolas.

Durante as horas de trabalho, os operários chineses são instruídos militarmente. O armamento e a maneira de portar o fuzil, evidenciam a presença de instrutores militares tcheco-eslovacos.

Extensos sарilhos d'armas montados ao lado do local de trabalho de camponeses chineses, testemunham a tragédia da militarização a que os submeteu o regime comunista.

Tôda esta transformação tem criado um novo ambiente na China. O clima de febre, agitação e tensão social tem produzido um ambiente sombrio, carente em absoluto do sentido de humor.

Depois da campanha "para erradicação dos pardais" feita em Pequim, por exemplo, surgiu na primeira página do "Diário do Povo" a seguinte história macabra:

"Por tôda a cidade os espantalhos e bandeiras guarneциam os telhados e as árvores.

Um grande número de pardais, atemorizados, fugiram de seus refúgios, aturdidos e sem saber para onde ir, pereceram todos. Alguns voaram para recantos que lhes pareceram tranquilos para cair em armadilhas e serem mortos pelo fogo. As operações continuaram até o cair da noite, para matar e caçar aos que haviam escapado de qualquer forma e, conseguido esconder-se. Foram mortos 400.000 exemplares".

Quando um turista procura dizer uma frase amável ou uma galanteria, tais como: "As mulheres são mais lindas em Shanghai do que em Pequim" ou "os operários parecem estar muito satisfeitos nesta fábrica", o contestarão acremente dizendo: "As mulheres são iguais em tôda a China" e "o prospecto que você tem em mãos indica claramente que os operários estão satisfeitos em todos os lugares da China".

Quando um jornalista ocidental procurou tirar a fotografia de uma menina na rua, o guia oficial que sempre o acompanhava, não permitiu-lhe e acusou-o de estar querendo divulgar a pobreza das crianças chinesas. O jornalista simplesmente retrucou, dizendo que o que queria era sómente tirar uma fotografia de uma criança e que isto nada tinha que ver com política. Ao mesmo respondeu o guia enfaticamente: "Tudo é política".

Não há dúvida de que na China tudo está organizado com objetivos políticos.

A cultura, o divertimento, a educação, tudo se pôs em pé de guerra para servir como instrumento de propaganda do governo.

Por exemplo, quem resolve a assistir a um espetáculo na Ópera de Pequim, poderá verificar que tôdas as obras clássicas foram reformadas

ou retocadas para por êste meio transformarem-se em veículo de difusão de temas da propaganda comunista.

Também a produção cinematográfica foi transformada e planejada para satisfazer as "exigências educativas" do povo. Os jornais publicam historietas em quadrinhos nas quais o "mocinho é bom varredor de ruas, denuncia o seu próprio pai por ser "reacionário", ou dirige os debates de um grupo de comunistas.

Mas o que mais nos horroriza é o ponto, a que chegaram as escolas para servir à causa da política do Estado. O mais elementar texto de gramática converteu-se em fonte de propaganda comunista.

Quando o jornalista ocidental, já citado, visitou a Universidade de Pequim, encontrou em uma pequena sala, cinco estudantes chineses que aprendiam francês. Ao olhar para o título do livro que usavam verificou tratar-se de: "Interpretação Marxista da 1ª Guerra das Filipinas".

Solicitou uma oportunidade para entrevistar alguns alunos de Direito ao que informaram-lhe estavam todos ausentes, com seus mestres, ocupados em tarefas agrárias. O mesmo ocorreu nas Universidades de Wuhan, Shangai e Cantão. Kuo-Mo-Jo, presidente da Academia Chinesa de Ciências, confirmou-lhe êste fato, durante uma entrevista que teve lugar em sua luxuosa residência em Pequim. Kuo, disse-lhe que em 1958 cerca de 3 milhões de estudantes, dos quais 15.000 pertencentes à Universidade de Wuhan, foram obrigados a ir trabalhar no campo "para sempre".

Disse-lhe ainda em resumo, de seus pontos de vista: "A China deve esquecer-se de suas tradições. A arquitetura chinesa já foi abandonada totalmente. O alfabeto chinês será substituído com o tempo pelo alfabeto romano. A pintura e a música devem servir à causa do Estado para construir uma sociedade comunista. Os poetas clássicos como Li Po e Tu Fu são demasiado decadentes para serem estudados nas escolas modernas".

A guerra do governo comunista contra a tradição chinesa é também uma guerra contra a religião. Em tôdas as partes, os comunistas estão fechando ou demolindo templos ou lugares de culto taoísta, protestante, budista ou católico. Não se permite a existência de seminários onde poder-se-ia educar uma nova geração de sacerdotes.

Em toda China foram exumados os cadáveres de milhares de cemitérios para dedicar os respectivos terrenos à agricultura.

Em cada cidade principal existem uma ou duas igrejas para que os visitantes constatem "a liberdade de culto" na China. As vêzes se vê uma igreja católica repleta de gente em manhã de domingo em Pequim. Entretanto só restam duas das 20 igrejas que lá haviam antes.

Outra pessoa que também visitou a China, encontrou na localidade de Sião, onde há apenas dez anos havia 20.000 protestantes, sómente 14 criaturas presentes a um serviço religioso domicial. Em Shangai viu o que restava de uma comunidade judaica antigamente próspera contando com 30.000 pessoas e 3 sinagogas; um bairro pequeno em um subúrbio onde 80 anciões atemorizados, vivem completamente isolados.

O templo budista mais antigo da China e que é conhecido como Templo do Cavalo Branco, perto de Loryang, foi transformado em comuna. O reitor do templo declarou ao visitante que os monjes são obrigados a dedicar pelo menos 8 horas diárias a fainas campesinas e que se lhes permite cuidar do templo sómente como um passatempo.

Quarenta e sete lamas (sacerdote budista) do templo Yungokung de Pequim, foram mandados a trabalhar nas "granjas". Dos três que restaram, dois são velhos e enfermos e o terceiro é um sacerdote jovem, de nome Kao, encarregado de guiar os visitantes através o templo, muito pouco conhecendo do budismo, sua religião.

Mais que tudo afflige-nos ver a arrogância e desprezo dos jovens do Partido Comunista pelos locais de culto e pelos velhos sacerdotes.

Esta arrogância e falta de respeito para com a venerável tradição chinesa é parte integrante dos preceitos comunistas. Sob esse impulso, a transformação em massa está substituindo rapidamente os tradicionais valores do povo chinês.

O lazer e a arte, o trabalho e o estudo, o tempo e o espaço, tudo está regulado e mobilizado com o único propósito de construir um Estado Totalitário Comunista na China.

AOS ASSINANTES

Em caso de transferência não deixe de providenciar para que disso tenha a Revista conhecimento.

Se optou pelo pagamento mensal, certifique-se de que o desconto está sendo feito.

ENCERRAMENTO DO CURSO DE LIDERANÇA E RELAÇÕES HUMANAS NA ECEME

Ten-Cel JOAO BAPTISTA DE OLIVEIRA FIGUEIREDO
(Chefe da Seção de Cultura Geral)

A Seção de Cultura Geral não poderia, nesta última oportunidade de um contato com os senhores, deixar de dizer algumas palavras sobre os aspectos de Liderança que, na conjuntura atual, julgamos essenciais aos que em breve ingressarão nos nossos quadros de Estado-Maior e que estão destinados, em prazo curto, a exercer a Liderança Militar.

Os senhores tiveram ocasião de ouvir, durante as nossas sessões, que liderar nada mais é que "a ação de influenciar pessoas com o objetivo de congregá-las e arregimentá-las para a consecução de uma causa que elas passam a aceitar como sendo a desejável". A liderança bem exercida conduz à participação voluntária e interessada de seres humanos nos objetivos a atingir; a ação perfeita do líder leva a mais que um simples anelo dos propósitos, mas, na realidade, à sua transformação em aspiração do grupo.

Essas idéias demonstram, desde logo, a dependência direta da ação de liderança da capacidade de o líder integrar o liderado ao grupo a que pertence ou que almeja venha a pertencer, o que vale dizer, do problema das Relações Humanas; este, por sua vez, requer o conhecimento das leis que governam o comportamento humano, ou seja, o estudo da Psicologia.

Por outro lado, das formas básicas de influir na conduta humana — a persuasão e a coação — a primeira, para a citada ação de liderança perfeita, tem prioridade incontestável: a ação de liderança, quando bem exercida, tende a prescindir da coação.

Mas, sob o ponto de vista do interesse da formação do combatente, o que significa a persuasão?

Sabemos que a luta pela vitória na guerra é, cada dia menos, uma simples contenda física ou mecânica. A conhecida sentença de Napoleão "Deus está do lado que dispõe da melhor artilharia", perfeitamente cabível para uma época de soldados semiprofissionais que lutavam sem dar a devida conta à causa que defendiam, pode ter, hodiernamente, a sua transformada "Deus está do lado que melhor orienta o comportamento humano e que, mais objetivamente, sabe persuadir".

De fato, a vida do Homem é a expressão de forças em conflito e seu comportamento é a resultante consequente; o instinto de conservação, na vida diária, já não é mais a única mola mestra do ser humano, com a concepção de que a "luta é pela vida"; ele não está, sim-

p'lesmente, em conflito com os seus semelhantes, está, também, e continuamente, em conflito consigo mesmo; há, assim, na conhecida expressão de Psicologia, uma "luta dentro de sua vida". A luta contínua do Homem não é só a externa, contra fatores concretos que lhe possam afetar a sobrevivência, o corpo, mas, também, uma luta interior, contra fatores abstratos, que lhe venham afetar o espírito. A guerra altera, em cada indivíduo, a proporção relativa de cada um desses fatores, mas, normalmente, a luta íntima travada no seu "psiché" influiu decisivamente no seu comportamento exterior, fazendo prevalecer o instinto de conservação. Essa mudança que a guerra produz no comportamento de cada combatente obriga-o já não mais a pensar sómente em "contra quem", mas, principalmente, e antes de mais nada, em "para que" ou "por que" está lutando.

De tudo isso resulta que, tendo em vista o comportamento do combatente, a liderança militar comporta duas fases bem nítidas:

- a 1^a, na paz, em que se trata de integrar o grupo na causa comum, "persuadindo" cada componente e dando-lhe os meios de vencer o conflito íntimo que, forçosamente, terá de travar quando entrar em ação;
- a 2^a, na guerra, em que se trata de manter e aperfeiçoar aqueles meios de defesa.

As considerações acima, válidas para a chamada guerra clássica, merecem, entretanto, alterações sensíveis, no que diz respeito à liderança militar, quando voltamos a nossa atenção para o panorama da conjuntura atual: o antagonismo, cada vez mais presente, entre duas filosofias de vida. De um lado, a marxista-leninista, de fundo materialista, anticristã e totalitária; de outro, a baseada nos valores morais e espirituais do Homem, essencialmente cristã e democrática. De um lado, a que retira ao Homem a própria essência da vida humana que são o direito de pensar e opinar, de pesar e escolher e de ir e vir livremente; de outro, a que assegura ao ser humano a livre manifestação de pensamento e de locomoção, e a liberdade de exteriorizar a sua fé no seu Deus. De um lado, a que transforma o Homem num escravo do Estado; de outro, a que obriga o Estado a ser um escravo do Homem.

Para nós, que formamos entre as nações que por suas origens, sua história, suas tradições e mesmo seus interesses, não têm dúvidas na opção, cumpre ter seus futuros líderes militares, assim como os atuais, empenhados num trabalho de conjunto, que já se faz tardio, no sentido de bem orientar a sua ação de liderança. Para isto, é mister que saibamos compreender até onde são válidas as premissas de liderança estabelecidas para a guerra clássica e tenhamos consciência plena do comportamento comunista na guerra ideológica.

De início, imperioso é deixar ressaltadas as dificuldades que se antepõem à ação de liderança militar, particularmente na 1^a fase aludida: a própria natureza do líder militar — líder indicado — as limitações

de ordem funcional, o dever da obediência às ordens e orientação superiores, são, sem dúvida, causas cerceadoras do campo de ação e da eficiência da liderança militar; há que convencer, por certo, mas dentro dos limites da diretriz superior e no estreito campo que a hierarquia e a lei o permitam. Se a diretriz superior obrigar à coação, maiores limitações sentirá o executante ante a pouca ou quase nenhuma largueza que a Constituição e a Lei lhe atribuem.

A não-aceitação dessas imposições, o estravasamento do campo funcional ou legal, ou a deturação dos objetivos, despem o líder das características de líder militar; se o seu poder de aglutinação aumenta, o seu valor para a organização militar é nulo porque contraria a base que a sustenta: a *disciplina* com base na *hierarquia*.

Enquanto, dêste lado, vemos o líder tolhido, porque, também, comandante militar, *persuasor* por princípio e por premissa doutrinária, mas coator por delegação legal e por imposição superior, do outro, observamos uma amplitude de ação dos líderes muito maior e com a vantagem do poder de opção, no tempo e no espaço, entre a *persuasão* e a *coação*.

E verdade que cedo os comunistas compreenderam que a coação pela violência, antes da tomada do poder, não lhes dava muito proveito; o seu processo inicial de buscar o poder pela violência, já de há muito foi substituído pelo mais econômico da ação psicológica, visando à persuasão de uns e à anulação de outros por pressão, transformando uma minoria em maioria, processo tão bem entrosado na guerra revolucionária de Mao-Tsé-Tung: a força só serve como complemento final, na maioria dos casos desnecessário, pois que o diminuto número dos *não persuadidos* e dos *não emudecidos* não dá aos democratas a capacidade de resistência.

A moderna estratégia psicológica comunista não está, assim, assente sobre a mesma premissa da guerra clássica: a persuasão e a coação por pressão são os fundamentos.

Mas, para que a persuasão leve à decisão, forçoso é que os persuadidos exerçam, por si próprios, uma série de pressões sobre os órgãos dirigentes, para que sintam a presença e a vontade de que dizem ser das massas: as greves, as passeatas, as demonstrações, etc., surgem como uma forma de advertência, de ameaça, de coação enfim, esmerando-se os líderes comunistas atuais em evitar o emprêgo da violência, deixando a idéia de que o *movimento é pacífico*.

Entretanto, é na maneira por que conseguem a vitória da persuasão que reside a grande diferença da ação psicológica na guerra clássica e na guerra revolucionária. Na primeira os objetivos são abertamente explorados na preparação da população; na segunda, a persuasão tem um processamento bem diferente:

1º — Os comunistas, ao invés de trabalharem desde logo em prol dos seus verdadeiros objetivos — implantação de uma ditadura do proletariado, de partido único e de vontade soberana, ado-

tam como objetivos de transição os anseios e as aspirações da população; em outras palavras, em lugar de persuadirem a população pela verdadeira causa comunista, lançam-se num trabalho de convencimento de que êles, comunistas, estão persuadidos e identificados com os desejos do povo: aparecem aos olhos dêste não como agentes em causa própria, e, sim, como aliados da causa alheia; não procuram, de início, transformar em aspiração do povo a causa comunista, mas fazem crer que a causa do povo é, também, e únicamente, a sua causa.

- 2º — Uma vez aceitos como aliados, infiltram-se em todos os campos da atividade social e, em pouco, estão não só na vanguarda dos defensores das reivindicações populares como líderes incontestes das justas e sãs medidas postuladas, como também, à frente de medidas ou solicitações de caráter demagógico.
- 3º — O próprio povo, convencido da sinceridade e autenticidade dessa liderança, leva-os, pelos *caminhos legais* ou mediante pressão, a postos de destaque, situação em que se encontram quando, solidamente instalados, provocam a subversão do regime.

Só então passam a agir em prol da verdadeira causa comunista: a implantação de uma república popular socialista de cunho ditatorial, obediente a normas e à orientação de Moscou é o fim comum. Os exemplos da Tcheco-Eslováquia e mais recentemente, de Cuba, são os mais evidentes.

Em resumo, o processo de persuasão comunista, durante certa fase, possibilita um quadro muito desencorajador: os comunistas, defendendo as idéias por que se bate o povo, aparecem como aliados e líderes, enquanto os verdadeiros democratas, porque combatem os não confessados objetivos comunistas, são identificados como inimigos das causas populares, por mais que se batam em sua defesa.

Dêste modo, os "slogans" com os quais os comunistas se apresentam em cada área do mundo, são, na sua quase totalidade, bem aceitos porque expressam as verdadeiras aspirações das massas, mas, na realidade, constituem apenas uma maneira inteligente de persuadir e, absolutamente, não condizem com os objetivos precípios dos partidos comunistas. Em outras palavras, o método de persuasão utilizado pelos comunistas leva-os a assenhorearem-se das boas causas e acusar os autênticos democratas de inimigos dessas causas, de *reacionários*, quando, na verdade, representam *reação*, apenas, aos sinistros fins vermelhos. Conseguem, assim, um duplo objetivo essencial para a vitória dos seus propósitos: o apoio de uma maioria e a eliminação dos democratas na luta pelas boas causas.

A meditação sobre essa sutil forma de atuação, que salta aos olhos dos que têm acompanhado a atividade dos comunistas nas mais distintas regiões do mundo, mas que não parece tão evidente a um grande número pouco esclarecido, pela omissão de muitos que, mesmo assim, se julgam patriotas, leva-nos a uma preocupação no que diz respeito à lide-

rança militar: como proceder, qual a orientação básica do líder militar face aos métodos de persuasão dos comunistas?

Quer-nos parecer que só há uma maneira de combater essa infiltração, só há um modo capaz de *persuadir* nas circunstâncias atuais: contrapor *ídéias e realizações efetivas* às idéias e soluções apontadas, desmascarar o método de persuasão dos comunistas, não permitindo que façam donos das bandeiras que são, também, dos democratas sinceros. De maneira, alguma iniciar coagindo pela violência, pois isso sómente redundará numa reação em cadeia que, mais facilmente, aproximará os comunistas de seus objetivos; dizendo de outro modo, *usar a cabeça para persuadir e isolar e não o braço para coagir*.

Daí se depreende que a liderança militar, para se fazer efetiva no combate ao comunismo, deve ser *planejada e orientada* com métodos de persuasão cuidadosamente meditados e selecionados. Isso só será possível se os nossos quadros de Estado-Maior estiverem capacitados, pelo estudo aprofundado das atividades comunistas onde quer que se denunciem ou se tenham denunciado no mundo, a eleger, para o nosso caso particular, as linhas da grande reação psicológica que se faz necessária para ver se ainda é alcançada uma vitória sem luta armada ou para permitir, em último caso, essa vitória, preservando as Fôrças Armadas de uma nefasta contaminação. Contaminação que já se iniciou porque não temos sabido fazer o isolamento dos persuasores profissionais que se têm identificado no nosso meio; porque não nos temos empenhado a fundo em uma persuasão objetiva, esquecendo que para nós, militares, o ano de serviço do conscrito é a última oportunidade; porque, por comodismo ou por falta de planejamento conjunto, apesar de estarmos continuamente, pelo estudo, *buscando a verdade*, não realizamos o essencial que é *viver a verdade*; porque temos sido omissos no desmascaramento de um certo nacionalismo caolho, olvidando as palavras de Lauro Müller "todos os nascidos no Brasil ou são brasileiros ou traidores", que bem traduzem o espírito do nosso são nacionalismo; porque não temos tido a coragem de apontar, e fácil é distingui-los, os que, ao invés de servir à Pátria, dela têm-se servido.

Justo é salientar, já temos um início: possuímos as "Normas para a Conduta da Ação Educacional e de Instrução contra a Guerra Revolucionária", de 1961, do EME; temos em elaboração um "Manual de Guerra Revolucionária"; temos o exemplo do exército argentino com o seu magnífico "Manual do Oficial para a Condução Interior da Tropa", de outubro de 1960. Mas, não é o bastante; urge igualar em obstinação aos adversários, não nos contentando, apenas, em ter o problema equacionado. Pois só assim, não tenhamos dúvida, conseguiremos assegurar às Fôrças Armadas o papel de mantenedoras da nossa independência, da nossa soberania, da Lei e da Ordem, tal como determina a Constituição. Mais ainda: deve e tem que haver de nossa parte o firme propósito de, esquecendo ressentimentos e dissensões, que só proveito dão aos inimigos da Pátria, marcharmos unidos e coesos, sem omissões, no cumprimento da difícil e árdua missão que a guerra revolucionária nos impõe.

BANCO NACIONAL DE MINAS GERAIS S. A.

CHEQUES DE VIAGEM

Onde quer que o militar chegue, poderá pagar tudo — praticamente tudo!!!

Como?

Com Cheques de Viagem do Banco Nacional de Minas Gerais.

Lojas, hotéis e empresas de transporte aceitarão seus Cheques de Viagem como papel-moeda.

Qualquer agência do BANCO troca-os por dinheiro, sem qualquer despesa. Não há taxas nem comissões.

Resultado — Você viaja com "dinheiro no bôlso"... mas dinheiro que não pode ser roubado, pois só vale com sua assinatura.

FUNDAÇÃO OSÓRIO — À MARGEM DE UM RELATÓRIO

FELICÍSSIMO DE AZEVEDO AVELINE,
Gen.-Bda R-1.

Uma benemérita instituição, criada em 1908, por iniciativa de um grupo de oficiais, a fim de comemorar o centenário do nascimento do General Osório, e cujo orfanato foi autorizado a se instalar pelo Decreto n. 4.235, de 4 de janeiro de 1921, do governo de Epitácio Pessoa, funciona no Rio de Janeiro, destina-se à educação das filhas órfãs de militares do Exército, da Marinha de Guerra e da Aeronáutica, e que, até hoje, vem sendo mantida, com grandes sacrifícios, por um reduzido grupo de oficiais e sargentos das Forças Armadas.

Segundo o seu relatório referente a 1961, apresentado pelo seu presidente, o Marechal Estevão Leitão de Carvalho, venerando chefe militar, insigne patriota, que, com mais de 80 anos de idade, se dedica à meritória e nunca assaz louvada tarefa da educação dos deserdados da sorte, quatrocentas e cinqüenta e quatro meninas, das quais trezentas e sessenta e duas, gratuitamente, freqüentaram suas aulas, onde receberam instrução e educação, que as habilitaram a enfrentar os embates da luta pela vida.

Em 1961 o custo de cada menina-ano, considerando o ensino, a alimentação, vestuário, etc., foi de Cr\$ 84.568,00. A quanto atingirá em 1962?

Esta benemérita instituição, na feliz expressão do General Henrique Geisel, apelidada o Colégio Militar das filhas dos militares, apesar do apoio que lhe tem proporcionado o governo, por intermédio dos Ministérios Militares, muitos oficiais e sargentos das três Forças Armadas e outras pessoas, inclusive Dona Francisca Osório Mascarenhas, digna neta de Osório, incansável em seu auxílio à Fundação que traz o nome de seu avô, e que já contribuiu com quatro milhões e cem mil cruzeiros para sua ampliação e manutenção em ocasiões várias, luta hoje com tremendas dificuldades para desempenhar sua missão.

A nosso ver, se cinqüenta mil oficiais e sargentos das nossas Forças Armadas, da ativa, da reserva e reformados, se dispusessem a entrar

para o quadro de associados da Fundação Osório, na categoria de "sócios contribuintes" outra seria a situação da instituição; então, poderia prestar assistência a maior número de órfãs necessitadas.

Não há quantia fixa na contribuição. Parece-nos que, se cada contribuinte concorresse mensalmente com duzentos ou quatrocentos cruzeiros, o auxílio seria de real valia. Para isso, basta que cada oficial ou sargento do Exército, da Marinha ou Aeronáutica, procure o chefe da organização por onde percebe seus vencimentos, e este ordene à tesouraria o respectivo desconto em fôlha.

Esta importância da nossa contribuição pessoal poderá parecer até irrisória, mas, multiplicada por cinqüenta mil, por exemplo, vemos que dará uma quantia ponderável.

Há no Exército organizações como a 18ª Circunscrição de Recrutamento, por exemplo, sediada em Ilhéus, no Estado da Bahia, cujos oficiais e sargentos, e alguns da reserva, que percebem proventos pela tesouraria daquela repartição, são sócios contribuintes da Fundação Osório.

Por que, ousamos perguntar, todos os oficiais e sargentos da ativa ou da reserva, não imitam seus camaradas daquela Circunscrição de Recrutamento, tornando sócios da Fundação Osório?

É porque, respondemos, também êsses camaradas subestimam o valor da contribuição sugerida, que julgam pouca, face o custo atual das utilidades, e se esquecem da força da união, não tendo presente a camaradagem, virtude militar que deve estar sempre alerta na alma do soldado, seja êle de Terra, do Mar ou do Ar.

Temos todos, oficiais e sargentos, o dever de contribuir para a Fundação Osório, suas educandas necessitam da nossa contribuição, por mais modesta que seja ela. Nosso auxílio não só representa a materialização do culto Osório, soldado e cidadão valoroso, como também a vivificação do espírito da verdadeira Camaradagem, pois servirá para amparar orfãs de modestos companheiros de classe, e, sobretudo, até será uma manifestação de patriotismo, pois servirá para educar e instruir meninas brasileiras, parte integrante da nossa mocidade, em que, no dizer de eminente brasileiro, "deposita o Brasil as suas mais caras esperanças".

TEN ARY RAUEN

(Colaboração do Serviço de Relações Públicas
do 2º Batalhão Rodoviário)

INAUGURAÇÃO, EM LAJES (SC), DA PRAÇA "TEN ARY RAUEN"

Como parte das comemorações do "Dia do Soldado", foi inaugurada em Lajes, SC, a Praça "Ten Ary Rauen", no inicio do Acesso Sul da Rodovia BR-2 a Lajes, uma justa e merecida homenagem do povo lajano, através da Prefeitura Municipal e da Câmara de Vereadores, ao bravo catarinense tombado heróicamente no combate de Montese, na Campanha da Itália. Na ocasião, usaram da palavra o Prefeito Municipal de Lajes, Dr. Wolny Della Rocca, o Professor Evaldo Pereira Hemkmaier, que declamou a magnífica poesia de sua autoria "Ao herói Ten Ary-Rauen", e, finalmente, o Cel Floriano Möller, Comandante do 2º Batalhão Rodoviário, agradecendo a homenagem, em nome do Exército. Após o descerramento, de sobre a placa comemorativa, das flâmulas da Prefeitura Municipal de Lajes e do 2º Batalhão Rodoviário, crianças alunas de estabelecimentos de ensino estaduais, particulares e do Grupo Escolar "Maria Quitéria", do 2º Batalhão Rodoviário, colocaram flores ao pé do monumento de inauguração, num preito de saudade e de gratidão ao bravo soldado que dá o nome à praça.

ORAÇÃO DE AGRADECIMENTO DO CEL FLORIANO MÖLLER

"Há muitos séculos antes de Cristo, era hábito entre os gregos, a consagração dos heróis mortos em suas guerras cívicas.

Hoje, em tão significativa data dedicada a Caxias — Patrono do Exército, os Poderes Públicos e o laborioso povo de Lajes prestam justa homenagem a um herói da Pátria Brasileira, cujo sacrifício tornou-se penhor de nossa liberdade e de nossos ideais democráticos.

Este ato inaugural é o nosso preito de admiração e respeito ao Tenente ARY RAUEN, bravo combatente da 2ª Grande Guerra, tombado nas montanhas da velha Itália, em Montese.

Cumpre rememorar, em glorificação ao herói, passos da Campanha da Itália.

Montese foi o nosso mais rude, mais áspero e mais sangrento combate de toda a Campanha. Mas, a bravura e o espírito de sacrifício do soldado brasileiro, ali positivados, legaram à posteridade mais uma página indelével na História de nossa Pátria. Abrindo brechas, quebrando resistências, silenciando casamatas, ultrapassando obstáculos sob o fogo



de morteiros e artilharia inimigos, foram os nossos soldados conquistando, palmo a palmo, o terreno em direção às alturas em que se destacava a cidade-baluarte, que constituía o objetivo principal do ataque.

O sangue dos soldados que ali tombaram; a bravura dos infantes do 11º RI; a eficiência dos artilheiros que apoiavam o ataque com tiros ajustados; o ímpeto agressivo do Esquadrão de Reconhecimento; a potência dos blindados; a abnegação dos Engenheiros do 9º BE no levantamento das minas, ou reparando estradas e pontes; o sacrifício dos padioleiros no transporte dos feridos para entregá-los aos dedicados médicos nos hospitais de sangue; o esforço ininterrupto do pessoal de Comunicações e Intendência para assegurar as ligações e os Suprimentos e, enfim, de todos os que tomaram parte no feito memorável, assinalaram o valor singular do soldado brasileiro.

Um total de 43 mortos, 382 feridos e 10 extraviados marcou o valor do esforço da FEB na luta comum. A vitória de Montese custou-nos, assim, dezenas de mortos e extraviados e quase quatro centenas de feridos.

No dia 14 de abril de 1945, Santa Catarina perdia em Montese os seguintes filhos: Tenente ARY RAUEN, de Canoinhas; Sd AMBRÓSIO VENTURI, FELÍCIO TOMAZINI e SERVINDO NENGARDA, de Timbó; Sd ANTÔNIO CARLOS FERREIRA, de Joinville; JOÃO ZAPELA, de Jaraguá do Sul, e LUIZ STOBL, de Rio Negrinho, elevando para trinta o número de mortos em ação na Campanha da Itália.

Canoinhas pagou na Campanha pesado tributo, pois, além do Tenente ARY RAUEN, tombaram em ação, noutros combates, JOÃO RECOCHOSKI (em Bombiana); SÉRGIO GREVINSKI (em Gabba) e SI-MEÃO ALVES DE ALMEIDA (em Colecchio).

Os corpos desses heróis, tombados no campo da Honra, tornaram sagrada a terra do Cemitério de Pistoia, onde por muitos anos estiveram inumados. Hoje seus restos mortais têm seu repouso definitivo e eterno no grandioso Panteão da Glória, no Rio de Janeiro.

Embora a grandiosidade do monumento, maior é a sua lembrança em nossos corações, nos corações dos seus familiares, dos seus amigos, dos seus companheiros de jornada.

Dêles poderíamos dizer com Péricles, que viveu muito antes de Cristo (499/420 AC) em sua "Oração aos mortos de Atenas": "Imolando-se pela Pátria, adquiriram glória imortal e tiveram soberbo mausoléu, não na sepultura em que reposam, mas na lembrança sempre viva de seus feitos."

Já agora, cabe que se diga que, entre os mais bravos tombados em Montese, assinalamos o paranaense Sgt MAX WOLFF, vítima de uma rajada de metralhadora, cuja ação, na FEB, foi uma verdadeira epopeia, e o catarinense Ten ARY RAUEN, que hoje é dignamente homenageado pelos nossos conterrâneos desta valorosa cidade, que tem seus foros de bravura registrados desde que aqui aportou o Capitão-Mor Antônio Corrêa Pinto de Macedo, fundador da heróica e quase bicentenária "Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens".

O Ten ARY RAUEN era um jovem de pouco mais de 20 anos, nascido a 20 de maio de 1922, na cidade de Canoinhas (SC), filho de Alfredo Rauen e de D. Maria Weber Rauen. Ingressando no CPOR da 5^a RM, foi declarado Aspirante a Oficial da Arma de Infantaria. Concluído o estágio, e promovido a 2º Tenente, foi convocado para servir no 11º Regimento de Infantaria. A este chamamento da Pátria, atendeu com o entusiasmo e devação próprios dos verdadeiros patriotas.

Integrando o 2º escalão da FEB, que chegou em setembro de 1944 a Livorno, já mês avante, em novembro, encontrava-se o Ten ARY com o 11º RI na linha de frente. Cedo, desde a noite de 2 de dezembro daquele ano, tornou-se conhecido de todos os seus camaradas, por sua bravura, quando o seu Batalhão, recém-entrado em linha, fôra atacado violentamente. Naquela noite, fôra êle o mais bravo soldado de sua Unidade, na luta para repelir o inimigo; despontava o futuro herói, em seu batismo de fogo.

No 2º ataque ao Monte Castelo efetuado a 12 de dezembro de 1944, foi o Pelotão do Ten ARY RAUEN um dos primeiros que conseguiu alcançar seu objetivo. Destacava-se o soldado brioso e valente, repon-tava o chefe militar como líder no combate.

A 14 de abril de 1945, em Montese, na última arrancada para li-quidar com o inimigo em terra italiana, o Ten ARY RAUEN coman-dava um Pelotão de Fuzileiros da 2^a Companhia do I Batalhão do 11º RI.

Foi aí, num dos contrafortes dos Apeninos, no alto de uma das colinas que defrontam o monte sobre o qual assenta a cidade de Montese, que o Ten ARY RAUEN, de arma na mão, com muitos outros, morreu defendendo a nobre e justa causa pela qual todos lutávamos.

Os Grupos de Combate estacaram por um instante, em fôrno de seu Chefe agonizante; rosários de lágrimas brotaram dos olhos dos es-táticos soldados, mas, antes de tombar para sempre, em seu último alento, o bravo Ten ARY RAUEN deu ao Sargento-Auxiliar do Pelotão a deradeira ordem: "Que assumisse o Comando do Pelotão e prosseguisse na luta; que seu Pelotão, o Pelotão do Ten ARY, só deveria parar, quando conquistasse o seu objetivo".

Com os olhos mal enxutos, galvanizados, os soldados prosseguiram na conquista do objetivo do Pelotão.

Um dos cabos do Pelotão de Minas do Regimento, assistente e par-tícipe do fato, assim se manifestou:

— "Nunca vi ninguém tão valente; aquêle Tenente era um verda-deiro homem". Era uma das tantas vozes que se erguiam no campo de Batalha, reconhecendo a bravura e a coragem do bravo oficial tombado.

Aos que ignoram que a morte também é vitória e não o fim de tudo, perguntaríamos com o Apóstolo: "Morte, onde está a tua vitória?"

O Ten RAUEN com aquela ordem ao seu Sargento-Auxiliar con-quistou a vitória da imortalidade, embora, sem vaidades visasse apenas ao cumprimento de seu dever de soldado e de cidadão, fiel àquele con-

ceito de um grande pensador francês de que "mais vale perder a vida do que as razões de viver".

Nada poderia colocar, em maior relêvo, o mérito do Tenente ARY RAUEN, do que êsse fim glorioso que foi a revelação e o coroamento de seu valor como homem e cidadão e de sua capacidade de Comando. O seu feito heróico está gravado na História Pátria.

De sua "Citação de Combate" em que fôra agraciado com a Cruz de Combate de 1^a Classe, consta: "A exemplar ação de Comando e o notável espírito de determinação combativa do Ten ARY fazem despertar, em torno de sua pessoa, tão heróicamente sacrificada no cumprimento do dever, a admiração de todos os camaradas da Unidade que soube honrar".

E, realmente, o Ten ARY foi um Chefe de grande poder de liderança, de projeção carismática, uma vez que a obediência tributada pelos seus subordinados ultrapassava a sua própria presença física. Antes, aonde ia, seguiam-no os companheiros. Quando êle caiu, tombado de morte, os seus homens foram até onde êle os mandara que fôsssem.

É êsse, para nós, o mais soberbo testemunho e exemplo do verdadeiro Chefe. Os soldados tinham nêle plena confiança e não desmereceram do seu comandante ferido de morte. Poderiam faltar a um vivo, com o compromisso assumido; mas, não trairiam a um Chefe digno, morto em ação. Em verdade, o espírito redivivo do Ten ARY marchava à frente do seu Pelotão e os soldados acompanhavam o seu vulto, como se vivo estivesse, pois, mais que um Chefe, êle já era o nume tutelar de seus soldados.

Heróis iguais a êsse nunca serão esquecidos; viverão sempre em nossa lembrança, pois derramaram seu sangue pela nossa liberdade e para salvaguardar os nossos foros de Nação soberana.

As cruzes que branquejaram no Cemitério de Pistóia e as lápides de mármore branco e imaculado do Panteão da Glória, no Rio de Janeiro, são o mudo testemunho de que a FEB soube honrar os compromissos militares do Brasil, num mesmo pé de igualdade com as demais Nações aliadas.

Senhores!

O desprendimento, a calma, a abnegação e o sentimento do dever revelados pelo Ten ARY RAUEN o destacam entre os bravos que tombaram pela Pátria. Sentimos todos que foi curta a sua existência, mas, tal como afirmava BOSSUNT, o grande orador sacro da França, avaliamos a sua vida pelas suas ações e pelo uso que dela fêz e não, apenas, pela sua duração terrena. E nesse aspecto, o bravo Oficial, num instante fugaz, viveu a eternidade de uma existência, alcançando a imortalidade.

Vós o perpetuais nesta praça.

A inscrição em bronze do nome do Ten ARY RAUEN por iniciativa do Sr. Prefeito Municipal tornada efetiva por Lei na Câmara de Vereadores local, com o apoio da Justiça e da Igreja e a anuênciâa do povo

desta terra, é mais uma prova, uma demonstração de que os brasileiros não esquecem os heróis da FEB e que, em particular, os catarinenses e lajeanos sabem honrar aquêles seus filhos que bem mereceram da Pátria.

Aqui estamos, partilhando da mesma homenagem. As flâmulas-distintivo da Prefeitura Municipal e do 2º Batalhão Rodoviário marcam a união entre civis e militares, entre o povo e o Exército, no aprêço à dignidade humana.

Em nome dos pracinhas da FEB, e e mespecial, daqueles que integraram o 11º Regimento de Infantaria, fator principal da vitória de Montese; em nome da brava Infantaria do Sampaio; em nome do Exército Nacional, na condição de seu representante nesta, cidade, agradeço ao Exmo. Sr. Dr. Wolny Della Rocca, digno Prefeito desta terra; à egrégia Câmara dos Vereadores, às demais autoridades civis, judiciárias e eclesiásticas e ao povo em geral, a homenagem ora prestada ao bravo Ten ARY RAUEN, com a inauguração desta Praça que tomou seu nome, inscrito no marco de pedra-ferro que assinala a conclusão do Acesso Sul da BR-2 a Lajes.

Nossos agradecimentos são extensivos ao Professor Evaldo Pereira Hemkemaier pela sua expressiva poesia dedicada ao herói homenageado.

Crianças, jovens alunas e alunos representantes das escolas estaduais e particulares e do Grupo Escolar "Maria Quitéria" do 2º Batalhão Rodoviário, nós vos agradecemos as flores depositadas neste marco, em homenagem ao bravo soldado que dá o nome a esta Praça.

* * *

ARY RAUEN! Dos páramos celestes em que te encontras, recebe esta oferenda das crianças lajeanas que lembram aquelas mesmas flores que surgiram em torno de teu corpo inanimado, sob um sol primaveril. Uma auréola de glória cerca o teu nome.

— Rosas surgiram do sangue por ti derramado e lírios brotaram dos rosários de lágrimas dos teus soldados — lágrimas choradas por um punhado de bravos que tinha em ti um Chefe compreensivo e humano; um amigo dedicado e um companheiro valente e destemido nos momentos críticos. As violetas ofertadas — únicas flores que vencem o rigor do inverno lajeano são roxas e resistentes como a saudade que impera em nossos corações.

Estendamos nossa homenagem aos dignos progenitores de tão digno filho. Ao seu pai que deixou este mundo, inconsolável com a ausência daquele que não mais voltou com vida; a sua desconsolada mãe que continua chorando as mesmas lágrimas choradas na ocasião de sua partida para além-mar e desde que recebeu a notícia de sua morte, pois o tempo jamais apaga a dor da perda de um filho sempre querido, embora o consolo de que este morrera bravamente no cumprimento do dever de soldado e cidadão.

Lajeanos! Elevemos os nossos corações, numa prece de agradecimento ao heróico pracinha catarinense Ten ARY RAUEN que tombou valentemente na conquista de Montese, honrando as tradições de bravura do soldado brasileiro. No reconhecimento da Pátria pelo seu sacrifício, está a glória maior do seu nome.

Camaradas do 2º Batalhão Rodoviário e amigos desta hospitaleira e querida terra lajeana!

Seja nossa peroração o afirmar que precisamos manter-nos dignos daqueles heróis soldados que, na Campanha da Itália, tombaram em ação, de que ARY RAUEN é bem o exemplo de Chefe e de soldado dedicado à Pátria. Permaneçamos como até aqui, dignos de nossos maiores e de nossas tradições de honra militar; saibamos mostrar que sabemos sentir, pensar e agir sob os impulsos dos superiores interesses nacionais e dos nossos sagrados deveres para com a nossa Pátria; demonstremos, por palavras, atos e ações, que continuamos confiantes nos altos destinos do Brasil; e que permanecemos fiéis ao sagrado compromisso de defender a sua Honra, Integridade e Instituições mesmo "com sacrifício da própria vida".

Assim fêz ARY RAUEN!

Salve os heróis da FEB tombados em Montese!

Salve o glorioso 11º Regimento de Infantaria!

Salve o bravo Ten ARY RAUEN!

VITÓRIA! "VITÓRIA".

Toque: "11º Regimento de Infantaria — Vitória".



BANCO NOROESTE DO ESTADO DE SÃO PAULO S. A.

FUNDADO EM 1923

OITENTA AGÊNCIAS A SERVIÇO DO BRASIL!!!

Matriz — Rua Álvares Penteado, 216 — São Paulo

----- A G E N C I A S -----

NA CIDADE DE SÃO PAULO: Alto da Mooca, Ana Rosa, Augusta, Aurora, Barão de Limeira, Bom Retiro, Ipiranga, Jabaquara, Major Sertório, Marechal Deodoro, Nova Conceição, Paula Souza, Rangel Pessôa, Rubino de Oliveira, Santo Amaro, Sete de Abril e Tatuapé.

NO INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO: Agudos, Andradina, Araçatuba, Bauru, Birigui, Bonfim (Campinas), Campinas, Catanduva, Cedral, Garça, Getulina, Guararapes, Guarulhos, Jundiaí, Lins, Mairília, Mirandópolis, Mirassol, Monte Aprazível, Neves Paulista, Oswaldo Cruz, Panápolis, Pirajuí, Promissão, Rugde Ramos, Santo André, Santos, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Carlos, São José dos Campos, São José do Rio Preto, Sorocaba, Tupã, Urupeás, Utinga e Valparaíso.

NO ESTADO DO PARANÁ: Andirá, Apucarana, Arapongas, Assaí, Astorga, Bandeirantes, Bela Vista do Paraíso, Cambé, Ciamorte, Cornélio Procópio, Curitiba, Ibiporã, Jaguapitã, Jandaia do Sul, Londrina, Mandaguacu, Mandaguari, Marialva, Maringá, Nova Esperança, Paranaguá, Paramavai, Rolândia, Santo Antônio da Platina, Sertanópolis e Umuarama.

NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: Central — Rua 7 de Setembro, 43 e Copacabana — Avenida Nossa Senhora de Copacabana, 836.

A PEDIDO**A LIGA DA DEFESA NACIONAL E A TELEVISÃO EDUCATIVA**

A Liga da Defesa Nacional teve sua atenção despertada para a Televisão Educativa e, após estudo e análise baseados em preciosa documentação, concluiu:

- que constitui valioso instrumento para promover a parte substantiva de seus Estatutos (Defesa Nacional, Unidade Nacional, Educação Nacional), sua missão, razão de ser de sua existência;
- que vem obtendo resultados extraordinários nos países onde vem sendo empregada;
- que sua eficácia tem se comprovado em todos os níveis educacionais, do pré-primário ao pós-universitário, em todas as matérias, todos os cursos e em todas as idades;
- que por seu intermédio, também, os brasileiros menos afortunados e mais afastados dos grandes centros assim como os aleijados e doentes terão acesso aos melhores mestres;
- que amplia consideravelmente as possibilidades quantitativas das organizações educacionais, sem diminuir as qualitativas;
- que seu advento se tornou oportuno no país, graças ao já elevado número de aparelhos receptores.

Considerando êsses e outros fatores e ainda a urgência com que precisamos resolver nossos problemas de educação e cultura, o Diretório Central da Liga da Defesa Nacional resolveu, por unanimidade, a 17 de maio de 1962, empenhar-se pela efetivação, no Brasil, de um SISTEMA NACIONAL EFICAZ DE TELEVISÃO EDUCATIVA consubstanciado nas seguintes medidas:

1) Medida Preliminar Básica (Federal)

Estudo para determinar que percentagens de canais (VHF) e (UHF) devem ser reservadas para a TV educativa (exclusivamente). Base m-

nima: o exemplo da reserva, de canais de televisão, feita pelos Estados Unidos para a educação, pois o deficit de escolas e professores aqui é muito maior que o de lá, em todos os níveis.

2) Medida Imediata

Utilização imediata das estações atuais para cursos.

3) Medida a Curto Prazo (Em Princípio Federal)

Montar a curto prazo uma estação de TV educativa piloto na região do Rio de Janeiro ou de São Paulo (em virtude de estar concentrado nas regiões dessas cidades o maior número de aparelhos receptores).

4) Medida para Futuro Próximo

Montagem, em futuro próximo, de estações de TV educativa piloto em São Paulo ou Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte, Salvador, Porto Alegre, Brasília, Fortaleza, Curitiba e Belém.

5) Medida de Caráter Permanente

Atuação no propósito de que o sistema brasileiro de TV educativa se expanda e se aperfeiçoe, em todos os sentidos, até o limite de suas possibilidades de ajuda ao cidadão e à Pátria.

6) Medidas Legais Paralelas (Federal)

Estudo de nossa legislação com vistas aos objetivos que se tem em mira a fim de que sejam tomadas, em tempo útil, as providências que permitam o pleno aproveitamento da Televisão como meio de ensino.

Consciente do vulto e fôlego da tarefa e do grande valor da Televisão Educativa como instrumento de promoção da grandeza do País, a Liga da Defesa Nacional compreendeu que todos os indivíduos e organizações brasileiros e amigos do Brasil não só devem como têm o direito de ser convocados a participar de sua efetivação.

Esperamos poder contar com a cooperação dos que comungam com nossos propósitos, quer nos procurando em nossa sede, para coordenarmos esforços, quer trabalhando, por conta própria, em proveito das 6 medidas. Estamos otimistas com relação aos resultados dessa campanha porque sabemos que o apoio que nos vai ser dado será função do espírito público de nossos patrícios.

A PEDIDO

TELECOMUNICAÇÕES NO BRASIL

1 — Compreensão do Problema

Tem faltado, com raras exceções, ao Governo, às classes produtoras e ao povo de nosso País, a exata noção da importância e da utilidade de telecomunicações integradas, no sentido moderno.

Nos últimos anos em que a opinião pública tanto se tem preocupado com programas "desenvolvimentistas", está sempre relegado a um plano obscuro o problema de telecomunicações.

É conveniente lembrar que o Brasil, no que respeita às telecomunicações, encontra-se, no momento, inferiorizado até com relação a países africanos e asiáticos, muito menos desenvolvidos sob qualquer outro ponto de vista.

As providências provisórias e paliativas que vêm sendo tomadas para atender a angustiantes problemas locais de telecomunicações, conseguidas com grande sacrifício por órgãos administrativos desaparelhados e sem recursos financeiros e administrativos, dão uma ilusão — de desafogo, de que são vítimas, principalmente, as autoridades que têm prioridade de uso. Tais soluções quase sempre concorrem para dificultar e retardar a solução de âmbito nacional e definitiva que mais cedo ou mais tarde terá que ser adotada.

Todavia a situação atual não é assim tão obscura e o Código Nacional de Telecomunicações, constante de lei publicada a 5 de outubro de 1962, trouxe novas esperanças àqueles que vêm tentando criar no Brasil, uma nova mentalidade referente à compreensão do problema de Telecomunicações.

2 — Equacionamento e Solução do Problema

O estabelecimento de Telecomunicações Integradas, em qualquer região, envolve os seguintes aspectos fundamentais:

A — *Direção* — planejamento, fiscalização, coordenação, operação, etc.

B — *Legislação* — leis, decretos, regulamentos, etc.

C — *Sistema Nacional de Telecomunicações* — sistema capaz de efetuar a coordenação das atividades da Nação, extremamente

flexível e capaz de expandir-se em consonância com o progresso do País.

D — *Indústria* — parque industrial nacional capaz de facilitar a instalação inicial e prover os meios de manutenção e expansão do Sistema Nacional de Telecomunicações.

Os dois primeiros aspectos já foram, em princípio, abrangidos pelo Código Nacional de Telecomunicações. Esperamos agora que o Governo coloque o Código em funcionamento efetivo pois novos adiamentos da solução poderão comprometer o desenvolvimento do Brasil e a própria segurança nacional.

No que concerne ao aspecto seguinte (letra "C") o Sistema Nacional de Telecomunicações, segundo o Código, deverá ser planejado pelo Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL), incluído no Plano Nacional de Telecomunicações a ser aprovado por decreto do Presidente da República, e operado e explorado por uma companhia estatal, regida por leis de sociedades privadas, cujas siglas mais sugeridas são EMBRATEL e TELEBRAS.

O planejamento técnico detalhado e a administração da construção de um Sistema Nacional de Telecomunicações, como necessita nosso País, envolvem tantos e tão diversos problemas de natureza técnica, financeira, administrativa e política que um órgão governamental ou companhia estatal, mesmo especializado, não poderá solucioná-los todos sem uma hipertrofia inicial impossível de corrigir no futuro. Mesmo em países industrializados nos quais as telecomunicações são monopólio estatal, os órgãos governamentais têm se limitado à posição de orientadores e fiscalizadores nas fases de planejamento e construção de sistemas.

Apesar das extremas limitações do mercado aquisitivo das telecomunicações, ocasionadas por falta de orientação governamental que agora começa a se esboçar, têm surgido no campo da iniciativa privada inúmeras indústrias correlatas e já também uma companhia especializada exclusivamente em engenharia de Telecomunicações, a ENTEL S.A. — Engenharia de Telecomunicações que, em resumo, já propôs ao Governo:

— elaborar sob orientação do Governo um Projeto detalhado para a instalação de um Sistema Nacional de Telecomunicações integrado, que atenda a demanda nacional pelo menos dentro dos próximos 30 anos.

— coordenar e administrar a implantação do referido Sistema Nacional de Telecomunicações que seria operado pelo próprio Governo.

— auxiliar o Governo na elaboração de planos financeiros e na obtenção dos créditos e financiamentos necessários à construção do Sistema em questão.

— estudar e planejar a operação e manutenção do Sistema, pelo Governo, inclusive preparação e adestramento do pessoal necessário.

— planejar junto com o Governo o estabelecimento no País de um parque industrial de eletrônica e telecomunicações, visando importar o mínimo possível e prevendo futura expansão e ou modernização do Sistema.

Tal proposta, apresentada originalmente pela Wasim S.A., criadora da ENTEL S.A., recebeu o parecer favorável do Diretor-Geral do Departamento dos Correios e Telégrafos e, tendo sido encaminhada ao Conselho de Ministros, foi posteriormente enviada à Consultoria-Geral e à Presidência da República.

A ENTEL S.A., firma exclusivamente brasileira em cuja lista de acionistas, direção e corpo técnico contam-se nomes de reputação nacional, considera-se insuspeita de origem para executar as tarefas acima, pois lhe são vedadas, por disposição de seus próprios estatutos, a exploração de serviços públicos de qualquer natureza e a fabricação de equipamentos.

A proposta da ENTEL S.A. tem sido favoravelmente comparada com propostas semelhantes feitas por companhias estrangeiras, inclusive sob o ponto de vista da segurança nacional, que deve presidir a escolha da solução.

Acima de tudo, a ENTEL S.A. dispõe de uma anteprojeto do Sistema Nacional de Telecomunicações que representa um adiantamento de muitos meses sobre qualquer iniciativa de projetar o Sistema em questão. Trata-se de um estudo dinâmico que antes de se transformar em projeto definitivo poderá sempre sofrer modificações ou reestruturações conforme aprofundamento de estudos ou orientação governamental, sem perda dos elementos básicos necessários para avaliação do problema nacional.

Sómente uma companhia brasileira, disposta de técnicos e de elementos com conhecimento geral e particular de cada região brasileira, poderia avaliar as necessidades do Brasil em telecomunicações. Além disto e principalmente, a ENTEL S.A. se louva de terem seus estudos sido influenciados basicamente, em sua orientação geral, por contatos constantes que vem mantendo com órgãos governamentais como o Departamento dos Correios e Telégrafos, Conselho de Segurança, Ministérios Militares, EMFA, Presidência, etc.

Quanto ao aspecto industrial do problema (letra "D"), cremos que o Brasil, que será sede de um futuro grande parque industrial eletrônico e de telecomunicações, quando fôr aberto o mercado representado pelo Sistema Nacional de Telecomunicações, tomará sem dúvida a liderança latino-americana neste setor, dentro do espírito da ALALC e outras organizações internacionais. Mesmo atualmente, sendo as facilidades de

telecomunicações no Brasil inferiores às de alguns de nossos vizinhos menos desenvolvidos, a indústria nacional nesse campo, lutando contra a falta de incentivo e de mercado, é muito superior à de qualquer outra nação latina do Continente.

Com a realização do Sistema Nacional de Telecomunicações a indústria eletrônica no Brasil não precisará de outro incentivo para se tornar fonte de poupança e mesmo de criação de divisas.

3 — Efeitos de um eficiente Sistema de Integração Nacional por Telecomunicações

Poucos entre os brasileiros podem avaliar o que representaria a implantação no País de tal Sistema. Se houvesse tal avaliação, já existiria o Sistema.

Em primeiro lugar devemos situar a questão explicando porque um Sistema de Integração Nacional. Um sistema nacional, além de dar condições econômicas para a modernização, expansão ou criação de sistemas locais como o de telefones (de outra maneira deficitários, não tendo as facilidades de ligações interurbanas), permitirá ao Governo um controle decisivo sobre as cadeias nacionais ou regionais de difusão (principalmente televisão), e um contato fácil e direto com a regiões mais remotas facilitando os problemas de desenvolvimento global e segurança nacional.

Telecomunicações integradas compreendem telegrafia, telefonia, telex, televisão, fac-simile, transmissão de dados, etc.

É fácil a todos imaginar o que representaria de lucro direto e indireto para o Governo a aceleração de toda a vida comercial do País por telecomunicações eficientes. O que representaria de economia e eficiência para as redes bancárias nacionais um controle central único.

O próprio desenvolvimento das regiões remotas ou não, seria acelerado e o controle político federal seria facilitado extremamente.

Concluímos afirmando que telecomunicações eficientes, por preço infinitamente mais modesto, produziriam quase os mesmos efeitos indiretos e diretos no desenvolvimento e integração do País, que as redes rodoviária, ferroviária e de navegação marítima e aérea.

Um Sistema como o que vimos discutindo custaria de cento e cinquenta a duzentos milhões de dólares em cinco ou seis anos para planejamento e construção. Podem-se obter financiamento com prazos superiores a 10 ou 15 anos.

Se a companhia estatal que explorar o sistema estabelecer tarifas justas, administração estável e livrar-se do empreguismo (tudo possível desde que vai reger-se por leis de sociedade privada), então o Sistema

Nacional de Telecomunicações se tornará, antes de vencer-se o mais curto prazo de financiamento, uma grande fonte de lucro para o Governo, como o é em todos os países organizados.

A cifra de duzentos milhões de dólares parece vultosa mas se considerarmos os déficits, despesas, subvenções, etc., feitos pelo Governo anualmente para manter os sistemas de estradas e transportes, então a quantia se tornará irrisória, chegando-se à conclusão que só com déficits e subvenções poder-se-ia, cada ano, fazer mais que o necessário para implantar no Brasil o Sistema de Integração Nacional por Telecomunicações.

4 — Os Problemas Imediatos

O CONTEL, formado nos dias que correm, terá dois grandes problemas a enfrentar de imediato:

1º — Planejar a absorção pelo Governo do que já existe em telecomunicações.

2º — Tratar do futuro das telecomunicações no Brasil.

O 2º problema a nosso ver é muito mais importante, e será o único que poderá calçar o prestígio Federal no campo.

Faz-se mister não confundir os dois problemas, pois uma monopolização das atenções do CONTEL pelo 1º, mais atual, poderá prejudicar ou adiar irremediavelmente uma solução para o 2º.

No 1º deverá o Governo remediar situações locais angustiantes, mas no 2º caberá ao Governo a iniciativa de uma solução adequada de âmbito nacional. Uma falta de apreciação profunda do problema poderá dar primazia à solução do 1º, quando sómente no 2º está a solução definitiva de ambos.

Concluímos repetindo que os sistemas locais só podem funcionar com rentabilidade, e consequente possibilidade de eficiência e expansão, se existir um *Sistema de Integração Nacional por Telecomunicações*, com ligações internacionais.

CORAÇÃO DO BRASIL

Há mais de duzentos anos que os mineiros sonhavam em tornar MINAS GERAIS o CORAÇÃO DO BRASIL, industrializando os minérios e criando uma indústria siderúrgica.

Este sonho, alimentado mais tarde pelo Intendente Câmara, que foi o pioneiro da siderurgia no BRASIL, fazendo correr ferro gusa, há quase século e meio, em um alto forno por ele mesmo construído, torna-se agora realidade.

Os bandeirantes de ontem foram substituídos por técnicos e operários mineiros que formaram em IPATINGA a USIMINAS e forjam, no vale do Rio Doce, o progresso de MINAS GERAIS, abrindo um novo horizonte para a economia nacional, ao mesmo tempo que solidificam seu próprio futuro.

* * *

No dia 26 de outubro, próximo passado, o Sr. Presidente da República inaugurou, juntamente com o Governador Magalhães Pinto, o primeiro altoforno da Usina Intendente Câmara. Abre, assim, a USIMINAS novas e grandes perspectivas de expansão para oito setores fabris básicos, o que representa um largo passo no sentido do fortalecimento de nosso país, como potência industrial.

MINAS GERAIS abastecerá o mercado de chapas e tiras de aço de grande largura, ainda não fabricadas no BRASIL, que vão dispensar a importação até então feita e servirão para construir navios, automóveis, centrais elétricas, material petrolífero, além de maquinaria pesada, material rodante, reservatório e silos.

Localizando-se perto de ITABIRA, a Usina dará o máximo de rendimento à ferrovia do Vale do Rio Doce, utilizando o retorno de seus vagões para o transporte de carvão mineral e não lastro de areia, como vinha sendo feito. A USIMINAS consumirá, ainda, os finos de ITABIRA, sendo, portanto, um fator de complemento de fatores de produção disponíveis, equilibrando a demanda do mercado nacional e se vinculando ao planejamento geral financeiro e técnico, tendente a obter, para o País, o máximo de resultados com o mínimo de esforço.

A USIMINAS representa, ainda, um novo elo nas ligações MINAS GERAIS — ESPÍRITO SANTO e o engajamento final do estado mineiro no progresso do desenvolvimento brasileiro.

* * *

É com prazer que felicitamos o Governo de Minas Gerais, por tão alto empreendimento. Sabemos que, atualmente, o índice de desenvolvimento de um país é medido pela sua produção de aço e que graças à USIMINAS, em breve ultrapassaremos a barreira dos 100 kg de aço "per capita".

É a USINA INTENDENTE CÂMARA o primeiro marco de um amplo programa objetivando lançar em nosso mercado uma produção de dois milhões de toneladas de aço, anuais. A USINA começará com 600 mil toneladas, elevando, de imediato, em 25% a produção nacional do aço.

Finalizando devemos acrescentar que a Usina reúne investimentos da ordem de 200 bilhões de cruzeiros e dará empréstimo direto, quando estiver concluída, a perto de nove mil pessoas.

A construção da USINA exigiu que se erigisse uma cidade moderna a par do empreendimento siderúrgico, propriamente dito. Essa cidade, que até 1964 deverá ter 37 mil habitantes — e que lembra o esforço vitorioso de Paulo Afonso e Volta Redonda — tem escolas, hospitais, comércio, igrejas, enfim, tudo o que é necessário a uma pequena comunidade.

ANIVERSÁRIO DA PANAIR: DATA DA NOSSA AVIAÇÃO

Constituiu efeméride das mais expressivas para a nossa aviação comercial, o transcurso, no dia 22 de outubro do 33º aniversário da Panair do Brasil. Desde o início de suas atividades, a Panair tem procurado empregar na sua frota os tipos de aviões mais avançados do momento, o que tem concorrido para colocá-la em lugar de relêvo no seio da aviação comercial, não só no plano nacional como no internacional.

Desde os Sikorskis S-38, que iniciaram as linhas, até os moderníssimos aviões a jato Douglas DC-8 e Caravelles 6-R, que voam atualmente nas linhas nacionais e internacionais, passando pelos Constellations, ainda em vôo nas linhas domésticas, e os Douglas DC-70, empregados exclusivamente nos vôos PANAIR-TAP, a companhia vem mantendo elevado padrão de serviços que constitui verdadeiro motivo de orgulho para todos os brasileiros.

A expansão das linhas da emprêsa não se limitou, apenas, ao território nacional, mas estendeu-se tanto a outros países sul-americanos, como o Uruguai, Argentina, Paraguai e Chile, como a países europeus. E as asas da Panair passaram a levar a bandeira brasileira aos céus de Portugal, França, Inglaterra, Itália e Alemanha. Seus aviões foram até o ponto mais oriental do Mediterrâneo, Beirute, capital do Líbano, tornando assim mais próximos dos brasileiros os países do Oriente Médio. Surgiram, então, as agências da companhia no exterior que, além de se tornarem ponto de encontro dos brasileiros em viagem, passaram a ser veículo de propaganda realizando um trabalho de divulgação das coisas do nosso país.

Cada agência da Panair no exterior é um pedacinho do Brasil. Mas não é só nos céus europeus que a trajetória da emprêsa tem sido das mais brilhantes. Também nas linhas domésticas representa ela fator decisivo, ao levar aos recantos mais distantes dos centros culturais, a civilização e o progresso. Neste particular as linhas da bacia amazônica são um atestado vivo do espírito de nossa pátria.

Populações das margens do rio Amazonas, totalmente isoladas dos centros civilizados da costa, têm no já legendário Catalina, o elemento que lhes põe em contato com aqueles centros proporcionando-lhes os recursos para a melhoria de suas condições.

Mas a expansão das linhas e o emprêgo dos mais modernos aviões, exigem o aprimoramento técnico de todo o pessoal de vôo e de mão-de-obra altamente especializada no pessoal de terra. Assim, tanto nas linhas domésticas como internacionais, as tripulações são todas formadas por comandantes e pilotos experimentados, dos quais alguns contam com mais de trezentas travessias do Atlântico.

Registrando, em nossa revista, a passagem do 33º aniversário da PANAIR DO BRASIL, queremos nos congratular com todos os 4 mil brasileiros que trabalham na emprêsa e felicitar os camaradas da reserva que, em altos cargos emprestam sua colaboração à companhia, sejam êles do Exército, da Marinha ou da Aeronáutica.



LEIA NO PRÓXIMO NÚMERO

- Um guia para o jovem oficial
Cel Paulo Enéas Ferreira da Silva
- Reflexões Sobre o combatente brasileiro na Itália
Ten-Cel Mario O'Reilly
- O retrato do Coronel Ricardo Franco e a análise psicognômica e grafológica de sua personalidade
Gen Silveira de Mello
- A estratégia revolucionária no quadro mundial
Ten-Cel José de Sá Martins
- Dialética marxista — Psicologia russa — O povo russo
Ten-Cel Mario de Assis Nogueira
- Estudo de situação na guerra revolucionária





Preço do exemplar

Cr\$ 80,00

SMG
IMPRENSA DO EXÉRCITO
RIO DE JANEIRO — 1962